



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**VISITANDO MEMÓRIAS, REVELANDO HISTÓRIAS: O
TRABALHO SOCIAL E PASTORAL DA IRMÃ MARIA
FERNANDA MARABELLO NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ
OPERÁRIO, CAJAZEIRAS-PB, 1977-1991**

JUCICLEIDE DIAS DE ARRUDA

CAJAZEIRAS - PB

2017

JUCICLEIDE DIAS DE ARRUDA

**VISITANDO MEMÓRIAS, REVELANDO HISTÓRIAS: O
TRABALHO SOCIAL E PASTORAL DA IRMÃ MARIA
FERNANDA MARABELLO NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ
OPERÁRIO, CAJAZEIRAS-PB, 1977-1991**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS - PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

A779v Arruda, Jucicleide Dias de.
Visitando memórias, revelando histórias: o trabalho social e pastoral da Irmã Maria
Fernanda Marabello na comunidade São José Operário, Cajazeiras-PB, 1977-1991 /
Jucicleide Dias de Arruda. - Cajazeiras, 2017.
84p.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Historiografia. 2. Trabalho social. 3. Memória. 4. Mabello, Maria Fernanda -
memória. 5. Trabalho pastoral - comunidade São José Operário - Cajazeiras -
Paraíba. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina Grande.
III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 930

JUCICLEIDE DIAS DE ARRUDA

**VISITANDO MEMÓRIAS, REVELANDO HISTÓRIAS: O
TRABALHO SOCIAL E PASTORAL DA IRMÃ MARIA
FERNANDA MARABELLO NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ
OPERÁRIO, CAJAZEIRAS-PB, 1977-1991**

Aprovada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Silvana Vieira de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof.^a Dr.^a Rosemere Olímpio de Santana
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof.^a Ms. Eliana de Souza Rolim
Rede Municipal de Educação de Cajazeiras - PB

Prof. Ms. Francinaldo Bandeira (suplente)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

CAJAZEIRAS - PB

2017

DEDICO

A Deus, por ter me dado a dádiva da vida! Ao meu filho, Gustavo, e a meus pais, Francisca e António, por me darem alegria para continuar a viver.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer acima de tudo a DEUS por estar presente na minha vida, me iluminando por essa caminhada e me livrando de todo mal. Obrigado meu Deus por me proteger e por não deixar que eu fraquejasse.

Agradecer a minha orientadora Professora Doutora Silvana Vieira de Sousa por ter aceitado em um curto prazo para me orientar e para que esse trabalho fosse concluído. Registrando também o sofrimento e as lágrimas derramadas nas trossentas vezes de idas e vindas, de faz e refaz para que essa pesquisa se concretizasse. E também por ser minha amiga, pois, se não fosse essa parceria regada a uma grande amizade, me ajudando nas leituras com sugestões e na escrita desse trabalho, não teria chegado ao seu fim, enriquecendo meu conhecimento, obrigada por tudo!

Também quero agradecer aos professores do curso de Licenciatura em História do CFP que na minha vida acadêmica me proporcionaram conhecimentos que me enriqueceram, e com discussões que me motivou a entender como é bom estudar.

Agradecer a todos os meus amigos da turma 2011.1 pela parceria nos estudos, pelas risadas, pelas dores, pelas alegrias e pelas tristezas compartilhadas, sou muito grata por vocês fazerem parte da minha vida.

Aos meus amigos dos PIBID que sem a ajuda do mesmo esse trabalho não teria se desenvolvido, em especial aos amigos bolsistas do grupo da escola Estadual Professor Crispim Coelho que participaram comigo no planejamento das ações da oficina a história por traz das cortinas: novos atores sociais, que são eles Amanayara Raquel, José Clairton França, Maria Joedna Rodrigues, Thiago Farias, Roberto Ferreira e Isabel Fernandes. Também quero agradecer a supervisora do PIBID Sefora Lira e a coordenadora de área Rosemere Olímpio de Santana por todos os conhecimentos que me proporcionaram, meu muito obrigado a todos!

Aos amigos que em especial estão comigo nas minhas aflições, ajudando com palavras que confortam, entre alguns deles em especial quero agradecer a Geralda Azevedo, Edileusa Lopes, Maria Abreu, Denise Silva e a Franciene Souza que sempre estiveram me apoiando.

Agradecer a minha família que sem eles não teria chegado à conclusão do curso, meu pai Antônio Anísio, meu muito obrigado! A minha mãe Francisca Arruda, obrigada

de todo coração, e a meu filho Gustavo Arruda, meu muito obrigado por esta me apoiando e compreendendo minhas angústias. Aos meus irmãos e meus sobrinhos, obrigado a todos.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I-HISTÓRIA LOCAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA E NOS PCNS.....	15
1.1.CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE HISTÓRIA LOCAL.....	17
1.2.CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA LOCAL E DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	20
1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO A PARTIR DOS PCNS.....	22
CAPÍTULO II-COMUNIDADE ECLESIAIS DE BASE, MOVIMENTOS SOCIAIS E A IGREJA RENOVADA EM CAJAZEIRAS.....	27
2.1.POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	29
2.1.1 A IGREJA E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.....	33
2.1.1.1 A IGREJA E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAJAZEIRAS.....	35
2.1.1.2 A COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ.....	38
2.2 O TRABALHO SOCIAL DA IRMÃ FERNANDA NA PASTORAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB.....	41
2.2.1 APRESENTANDO A IRMÃ FERNANDA.....	43
CAPÍTULO III-MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA IRMÃ DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO.....	48
3.1 A HISTÓRIA POR TRÁS DAS CORTINAS: NOVOS ATORES SOCIAIS.....	49
3.1.1 A HISTORIOGRAFIA LOCAL.....	58
3.1.2 A OFICINA COMO REVELADORA DAS LACUNAS NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA DE CAJAZEIRAS-PB.....	61
3.2 LEMBRANÇAS AFETIVAS: A MEMÓRIA DA IRMÃ FERNANDA SE FAZ PRESENTE NA COMUNIDADE DO BAIRRO ONDE ATUOU.....	65
3.2.1 A APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DE IRMÃ FERNANDA PELOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR CRISPIM COELHO.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80

RESUMO

O presente trabalho “Visitando memórias, revelando histórias: o trabalho social e pastoral da Irmã Maria Fernanda Marabello na comunidade São José Operário, Cajazeiras – PB, 1977-1991”, foi pensado a partir da oficina *A história por traz das cortinas: novos atores sociais*, desenvolvido pelos bolsistas do PIBID subprojeto de História no CFP/UFCG, na escola Estadual Professor Crispim Coelho na cidade de Cajazeiras – PB. O estudo problematiza a relação da memória com a história e o lugar dos sujeitos históricos na produção historiográfica da história local. Assim busca-se fazer uma discussão sobre a memória a partir da personagem Irmã Fernanda Marabello, buscando analisar a construção da identidade e de sua imagem na comunidade São José Operário. Como metodologia de pesquisa, analisamos os textos produzidos pelos alunos da escola Estadual Professor Crispim Coelho. A pesquisa utiliza como aporte teórico os estudos de Maria Auxiliadora Schmidt (2007) que analisa o conhecimento das realidades locais, problematizando as identidades dos sujeitos enquanto agentes históricos; Rosa Maria Godoy Silveira (2012) quando discute a questão de que na relação com o meio social os ativam suas memórias. Assim os acontecimentos ganham novas interpretações; Pierre Nora (1993) foi importante para discutirmos a relação da memória e a história e o confronto de lembranças; Michael Pollak (1992) quando uma organização constrói essa memória, relembra o que se deseja e esquece o que não querem que seja lembrado. Assim trabalhamos os lugares de memória da Irmã Fernanda como espaços de construção de identidades e de histórias. Compreensão que nos possibilitou a realização dessa contribuição historiográfica nesse trabalho representado.

Palavras-Chave: Memória, História Local, Pastorais, Cajazeiras.

INTRODUÇÃO

A abordagem do estudo, que contemplou a história da Irmã Fernanda, tomou corpo a partir de uma iniciativa de trabalho desenvolvida em uma oficina intitulada: *A história por trás das cortinas: novos atores sociais* do PIBID (Programa Institucional de bolsas de Iniciação à Docência) do curso de história do CFP/UFCG, realizada na Escola Estadual Professor Crispim Coelho na cidade de Cajazeiras - PB. Com base nesse material, resolvemos usá-lo como informativo para nosso trabalho de pesquisa de conclusão de curso. Trata-se de uma contribuição aos estudos de história local.

Irmã Fernanda desenvolveu um importante trabalho social acompanhado os moradores do bairro São José, local em que há uma memória presente de sua história através da continuação de trabalhos por ela iniciados. Como moradora da comunidade do bairro São José e conhecedora da história da Irmã Fernanda me chamou atenção quando em trabalho que realizávamos com os alunos do ensino médio da escola Estadual Professor Crispim Coelho aqui na cidade de Cajazeiras - PB estes relatavam não ter conhecimento da história da Irmã Fernanda. Esta que desde 1977 tinha vindo de Pádua na Itália, passando a morar no bairro São José na cidade de Cajazeiras - PB, e desenvolveu um trabalho político social na comunidade da Igreja São José Operário.

Nesse sentido, o desenvolvimento da oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais* na escola Professor Crispim Coelho, foi feita em conjunto com os alunos e bolsistas do PIBID. Foi uma oficina pensada pelos bolsistas, mas principalmente pelos alunos, atendendo assim seus anseios de conhecer a própria História Local, pois a história da cidade de Cajazeiras - PB é conhecida apenas nas figuras do Padre Inácio Rolim e de sua mãe, conhecida como “mãe Aninha”. Foi a partir dessa constatação que surgiu o desejo de conhecerem outros sujeitos da história da cidade de Cajazeiras - PB.

No que diz respeito ao uso de um referencial teórico seguimos, a compreensão e reflexões de Maria Auxiliadora Schmidt (2007) na obra “Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas”, em que a autora defende a ideia de que o trabalho com História local no espaço escolar desperta interesse em decorrência de sua praticidade, o que proporciona a identificação com o meio social na construção de identidades.

O autor Piter Burke (1992) faz várias reflexões sobre essa temática, apresentando vários paradigmas a serem quebrados como o da história tradicional e como a narrativa dos acontecimentos. O que realmente importa para BURKE são as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

Outro referencial importante foi nos dados pelas leituras de Pierre Nora sobre a relação entre memória e história.

O trabalho com história local é importante como contraponto e alargamento das abordagens que predominam na história, muitas vezes construída por pessoas leigas interessadas em se projetar ou projetar alguém a partir de interesses ideológicos ou pessoais a exemplo das genealogias das famílias. Os construtores dessa história, que aqui denominamos, como armadilha de exaltação, têm como intenção de que essa história se torne conhecida pela sociedade.

Comprendemos, pois, que na construção da história local, o sujeito pode ser o principal ator e narrador dessa história, mas o papel do historiador é indispensável. É ele quem define seus objetos de estudo, suas abordagens, assim como, sob sua crítica estarão outras formas e outras fontes de informação a exemplo dos jornais locais que registraram os fatos ocorridos na cidade ou no bairro, tornando uma fonte importante para a historiografia da identidade local dos sujeitos.

A partir dessas questões sobre o ensino de História Local resultou nesse trabalho que se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo HISTÓRIA LOCAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA E NOS PCNs, iremos trabalhar nessa pesquisa a importância de trabalhar com a História Local na sala de aula notificando as referências dos PCNs. A possibilidade de trabalhar com História Local, leva o aluno ao conhecimento mais próximo do seu cotidiano, ou seja, o aluno traz para a sala de aula suas próprias histórias vivenciadas por eles ou por pessoas próximas. Nesse sentido, os conteúdos estudados conforme Rosa Maria Godoy Silveira, não se resumem a transmissão de privilégios do conhecimento, mas também a relação do sujeito com o seu passado no processo de construção, pois o sujeito está relacionado ao seu presente e passado, trazendo consigo interpretações e compreensões, apresentando suas especificidades e particularidades (SILVEIRA, 2012, p- 52).

Assim, podemos enxergar por meio dos autores que estudam a problemática da história local que esta nos leva ao conhecimento mais próximo do cotidiano. Como

também, que os conteúdos não se resumem a transmissão do conhecimento de sujeitos privilegiados. Essa problemática do conhecimento e a abrangência da história dos sujeitos plurais no ensino de história local antes considerada pelos PCNs.

No segundo capítulo COMUNIDADE ECLESIAIS DE BASE, MOVIMENTOS SOCIAIS E A IGREJA RENOVADA EM CAJAZEIRAS encontramos esboços acerca do trabalho de pastoral desenvolvido pela Irmã Fernanda na comunidade de São José Operário na cidade de Cajazeiras – PB, bem como esboçaremos sobre os movimentos sociais e as comunidades eclesiais de base, ou seja, a Igreja renovada que fundamentava sua ação social.

Importante compreensão desse debate fora apresentado por Leonardo Boff que faz uma reflexão sobre as mudanças necessárias para a sociedade Latino-americana:

“Os últimos cinquenta anos marcaram as sociedades latino-americanas com a aparição de uma burguesia industrial dinâmica, nacionalista e modernizadora, A tarefa urgente consistia em superar o atraso técnico em que nos encontrávamos mediante uma rápida modernização de toda estrutura produtiva. O espantoso que precisava ser exorcizado era o subdesenvolvimento. Para isso, convocara-se todas as forças em nome do progresso e do desenvolvimento em todas as frentes. Paralelamente a este processo, criaram-se formas mais adequadas de participação social: democracia com base populista e organização sindical” (BOFF, 2014, p- 31).

Portanto, Leonardo Boff reforça a necessidade que havia de convocar forças para que houvesse as mudanças para a transformação da sociedade, tendo debates em torno do desenvolvimento econômico, da educação e da reforma agrária.

E assim os movimentos sociais se encontram enquanto lutas com o mundo das políticas públicas. Representam os interesses coletivos frente as instituições de poder e se torna alvo do interesse da ciência política como lugar que procurar compreender o governo e suas ações sociais.

Selma Souza (2006) ao estudar as políticas públicas diz que:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público.

O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006, p- 23).

A autora Selma Souza (2006) nos leva a perceber a construção do caminho que levou as políticas públicas transformarem-se em campo da ciência política pela sua identificação e definição pelas ações coletivas.

Assim foi a partir e com o concílio vaticano II, em 1962, que a Igreja católica traçou uma nova postura de evangelização na qual se criam e se inserem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja ou parte dela, vai evangelizar a partir de uma preocupação com os pobres. No trabalho das CEBs, os pobres são referenciados como o mistério de Cristo. “Quando a Boa-nova é anunciada pura, livre e destemidamente aos pobres, ela acende neles o fogo da esperança, transforma suas vidas” (BARREIRO, 2003, p- 17), segundo o autor citado isso acontece nas CEBs em todo o Brasil. Nesse sentido a Igreja luta junto aos movimentos sociais por essa esperança.

Portanto, para ser comunidade têm que frequentar os mesmos lugares e profanar de mesma fé, podemos compreender que as CEBs estão atreladas as lutas sócias e também à igreja, unidos na luta e na fé. Para que tudo ocorra bem é necessário um grupo de pessoas que organiza as CEBs e que são chamados de “agentes pastorais”, tendo em vista que esse agente pastoral não é o coordenador (chefe), e sim apenas assessor da comunidade, e ao mesmo tempo, ele tem que entender o significado de sua função “viva para o povo e comungue sua vida”, “são chamados agentes pastorais: padres, religiosas ou leigos, formados pelas próprias comunidades” (BETTO, 1985, p - 7). Com isso a Igreja passou ser a voz do povo na luta pelos seus ideais.

Os movimentos sociais têm como objetivo lutar por melhorias para os menos favorecidos. A Igreja a partir do Vaticano II começou uma nova postura sobre as necessidades da sociedade, necessidades essas de mudanças, pois a igreja é do povo de Deus. Portanto, com as Comunidades Eclesiais de Base luta e fé se unem na defesa dos menos favorecidos. As pastorais desenvolvem um trabalho social importantíssimo para a sociedade, a exemplo o trabalho político social que as Irmãs da Sagrada Face

desenvolveram na comunidade São José Operário na cidade de Cajazeiras – PB e em especial o trabalho político social de Irmã Fernanda na comunidade.

No terceiro e último capítulo MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA IRMÃ DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO. Nesse capítulo trabalhamos a memória e a história da Irmã Fernanda presente na comunidade São José Operário, assim como no trabalho da oficina *A história por traz das cortinas: novos atores sociais*, como também fazendo uma discursão sobre memória na construção de identidades e de histórias.

O autor José D'Assunção Barros (2009) aborda que a memória pode ser individual ou de um grupo e que esses que detém essa memória decidem como utilizar, diferente da história que é uma só, onde todos compartilham as mesmas memórias pertencentes ao lugar. Diante dessa reflexão podemos compreender que a história de Cajazeiras – PB na figura de Padre Inácio Rolim e de sua família todos conhecem e continua viva na memória coletiva da sociedade cajazeirense, já a memória que a comunidade da Igreja São José Operário tem sobre o trabalho social e pastoral de Irmã Fernanda está viva apenas na memória desse grupo e não da sociedade. Essa falta de conhecimento das memórias e das histórias de outros sujeitos históricos da cidade de Cajazeiras nos remete as lacunas da historiografia da história local, pois que com esta identidade são construídas e reconhecidas pela sociedade. O preenchimento dessas lacunas deverá resaltar de um trabalho crítico e historiográfico a história local torna-se democrática, voltada para o coletivo, com um olhar para os excluídos. A exposição dos pertences de Irmã Fernanda na comemoração *in memoriam* de sua morte, nos conduziu a possibilidade de trabalhar com sua memória e construir uma história para sociedade cajazeirense a partir desse trabalho monográfico que apresentamos como contribuição para o ensino de história e para a historiografia da cidade de Cajazeiras - PB.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA LOCAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA E NOS PCNs

A discussão sobre o ensino de História Local nesse capítulo tem como objetivo situar a temática de estudo do nosso trabalho monográfico sobre a história local da cidade de Cajazeiras-PB a partir de uma abordagem que fazemos da história da Irmã Fernanda.

A Irmã Fernanda veio de Pádua, na Itália, em 1977, passando a morar no bairro São José, Cajazeiras-PB, e desenvolveu um trabalho político-social na comunidade da Igreja São José Operário.

A abordagem do estudo, que contemplou a história da Irmã Fernanda, tomou corpo a partir de uma iniciativa de trabalho desenvolvida em uma oficina intitulada: *A história por trás das cortinas: novos atores sociais*, no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) do curso de História do CFP/UFCG, realizada na Escola Estadual Professor Crispim Coelho. Tendo por base este material, resolvemos usá-lo como importante informativo para nosso trabalho de pesquisa de conclusão de curso.

As discussões de planejamento da oficina resultaram na escolha, pelos próprios alunos, da temática de História Local. Depois da escolha começamos a formação e fundamentação teórica, e em seguida, planejamos uma estrutura para execução das propostas. A fala dos alunos se referia a trabalhar “os desconhecidos”, referindo-se assim à importância de compreender e aprender sobre os “excluídos” da história, sejam mulheres, loucos, mendigos, dentre outros personagens ou sujeitos da história.

O planejamento foi feito para cada ação desenvolvida na oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais*. Os planejamentos das ações foram pensados da seguinte forma: no primeiro encontro da oficina fizemos uma explanação conceitual sobre o sujeito histórico e sobre como é pensada a história oficial; no segundo encontro levamos os alunos para visitar uma exposição dos pertences e vídeos acerca da história de Irmã Fernanda, que estava acontecendo na Igreja São José Operário em comemoração à memória dos 25 anos do falecimento da Irmã. No mesmo dia também

visitamos a associação das louceiras¹ que fica no mesmo bairro; no terceiro encontro foi exibido o filme “Narradores de Javé”; no quarto encontro promovemos um debate sobre estas atividades apresentadas; no quinto encontro trabalhamos com os alunos sobre o que seria um fanzine²; no sexto encontro os alunos produziram os fanzines sob um olhar crítico.

Sobre a atividade de planejamento, a autora Helenice Rocha (2015) considera essencial para uma ação adequada, pois é no planejamento que se tem a organização do tempo cronológico dos conteúdos:

Considerando essas características da tradição curricular em História, o primeiro passo no planejamento será o de examinar o conjunto de conteúdo a serem aprendidos e ensinados em sua relação com o período escolar destinado para esse aprendizado (ROCHA, 2015, p. 89).

Concordamos com a autora e entendemos que o planejamento que fizemos foi primordial para o desenvolvimento da oficina. A escrita presente no planejamento aproximou necessidades dos planos de curso e do planejamento pedagógico escolar. Nesse sentido, o desenvolvimento da oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais* na escola Professor Crispim Coelho foi feita em conjunto com os alunos e bolsistas do PIBID. Foi uma oficina pensada pelos bolsistas, mas principalmente pelos alunos, atendendo assim a seus anseios de conhecer mais da História Local, pois a história da cidade de Cajazeiras muitas vezes fica restrita às figuras do Padre Inácio Rolim e de sua mãe, conhecida como “mãe Aninha”.

Foi a partir dessa constatação que surgiu o desejo de conhecerem outros sujeitos da história da cidade. Na conversa com os alunos surgiram outros sujeitos e outras histórias, como a de Lília, uma senhora que era dona de um bordel na cidade, popularmente conhecida como “a mulher que ensinou a Paraíba a amar” — expressão que faz analogia à também famosa expressão “Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler”.

¹ Sobre as “louceras”, ver: SILVA, Maria do Socorro Soares Costa. *et al.* Memória: Práticas Sociais, Culturais e Educacionais de Mulheres Louceiras em Cajazeiras-Paraíba. 2010.

² Sobre fanzines ver: ZAVAM, Aurea Suely. Fanzine: a plurivalência paratópica. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 6, n. 1, p. 9-28, 2010.

Pensado nesses outros sujeitos surgiu a referência à história de Irmã Fernanda, assim como a história das louceiras e de sua associação, reconhecida pela UNESCO como patrimônio cultural; assim como a história de Íca Pires, atriz que empresta seu nome ao Teatro Municipal de Cajazeiras, onde desenvolveu um reconhecido trabalho cultural.

A partir dessas referências, optou-se pelo planejamento de uma oficina sobre a história de Irmã Fernanda e a história das louceiras.

Após a escolha da história e personagens a serem trabalhados na oficina, refletimos sobre as novas metodologias que poderiam nos auxiliar no processo de ensino-aprendizagem relacionadas a essa perspectiva histórica.

No que diz respeito ao uso de um referencial teórico, seguimos a compreensão e reflexões de Maria Auxiliadora Schmidt (2007), que defende a ideia de que o trabalho com História Local no espaço escolar desperta interesse em decorrência de sua praticidade, o que proporciona a identificação com o meio social na construção de identidades.

1.1 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE HISTÓRIA LOCAL.

Na historiografia, o conceito de História Local, segundo Peter Burke (1992), surgiu com a expressão da “nova história” na França, pois houve uma discussão sobre a necessidade de renovações na historiografia:

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn. Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), embora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores (BURKE, 1992, p. 2).

Peter Burke (1992) faz várias reflexões sobre essa temática, apresentando vários paradigmas a serem quebrados, como o da história tradicional e a narrativa dos acontecimentos. O que realmente importa, para Burke, são as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. No Brasil, a “nova história”, que deu suporte para os

estudos da História Local, foi pensada nas décadas de 1980 e 1990 com a discussão de novas visões historiográficas, como colocam Geysa Germinori e Gerson Buczenko (2012, p. 128):

A abordagem sobre história local, no que se refere ao ensino de História foi alvo de grande debate entre historiadores no Brasil, que valorizam esta abordagem por possibilitar novas visões sobre o processo de aprendizado da História e, a influência do meio em que o aluno e a escola estão inseridos. “A história local é entendida aqui como aquela que desenvolve análise de pequenos e médios municípios, ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas”, conforme descrevem Horn e Germinari (2010, p. 118), assim a pesquisa em história local não é novidade, sendo o tema já abordado em estudos que enfatizaram o processo político-administrativo de formação de municípios brasileiros.

Assim, como nos diz os estudiosos de História Local acima citados, e como o próprio termo aponta, esse tipo de história nos possibilita e nos induz ao trabalho com conhecimentos locais. É indispensável para a história nacional, pois faz parte da construção do sujeito enquanto ser inserido na sociedade, além de poder ser construída através de relatos pessoais, de jornais locais etc.

Todavia, ainda é difícil trabalhar com a História Local pois tem como contraponto a história, enquanto produção, muitas vezes construída por pessoas leigas. Ou seja, uma história de uma cidade ou de um bairro construída por pessoas interessadas em se projetar ou projetar alguém a partir de interesses ideológicos ou pessoais, a exemplo das genealogias das famílias. Os construtores dessa história, que aqui denominamos como “armadilha de exaltação”, têm como intenção que essa história se torne conhecida na sociedade. Seus construtores são, muitas das vezes, as próprias autoridades locais, como padres, professores e políticos. Essa questão foi observada por Francisco Ribeiro da Silva (1999, p. 383-384) quando diz que a história local:

É um campo da História marcado por um paradoxo curioso: desvalorizado ou subvalorizado por alguns sectores mas simultaneamente bem visto e em grande pujança por outros. Alguns menosprezam a história local por entenderem que, na maior parte dos casos, é escrita por curiosos, sem escola, sem formação universitária ou com formação universitária não específica.

O autor reforça os perigos que a História Local construída por esses interessados apresenta do ponto de vista da representação do conjunto dos sujeitos históricos. Nesse

sentido, podemos entender que o problema da História Local é sua escrita ser a representação de uma história social.

Compreendemos, pois, que na construção da história local, o sujeito pode ser o principal ator e narrador dessa história, mas o papel do historiador é indispensável. É ele quem define e dará a veracidade dos fatos narrados, assim como, sob sua crítica, estarão outras formas e outras fontes de informação.

O registro da História Local tem em sua maioria sido construído por leigos, sob o rótulo da História geral, anunciando como a história verdadeira e única, servindo aos interesses de preservação de uma memória daqueles que detiveram o poder político e econômico. Mas como resultado de um trabalho crítico e historiográfico, a História Local pode torna-se democrática e voltada para o coletivo, com um olhar para os excluídos, diferentemente desse modelo que exalta os grandes feitos, o indivíduo, personagem, o herói e o político.

Uma questão importante sobre a História Local é que ela traz em si uma valorização da cidade, o que conseqüentemente pode trazer certo progresso, desenvolvimento do turismo cultural, aumentando a economia local. Nesse contexto, torna-se também importante o processo de valorização da cidade e da memória social, pois são necessárias para construção de mediações educacionais e para a compreensão do conhecimento histórico. Nesse sentido, a história-conhecimento se qualifica como transmissora de um determinado patrimônio cultural (SILVEIRA, 2012, p. 35). Sobre essa valorização da História Local e da memória local, Silva (1999, p. 386) diz:

Outra circunstância que joga a favor da valorização da história local é o desenvolvimento do Turismo Cultural e a atenção hoje em dia muito visível que se presta ao patrimônio construído pela igreja, pelo Estado ou pelos particulares, bem como a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que ficou retido na memória das gentes.

Na reflexão do autor Francisco Silva (1999), a História Local emerge como espaço de construção da memória de uma cidade, de um bairro e dos sujeitos. É uma construção de uma memória cheia de sentimentos e emoções exaltadas na individualidade que está presente na memória das pessoas. Assim, a memória social se concretiza como algo fundamental para mediação da socialização cultural.

1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA LOCAL E DO ENSINO DE HISTÓRIA.

A História Local se pauta em estratégia eficiente para obtenção do conhecimento histórico por partir de questões cotidianas. Maria Auxiliadora Schmit (2007) defende que no trabalho com a História Local o que a torna interessante é a praticidade — a facilidade de se encontrar fontes e a possibilidade de exploração de arquivos e patrimônios locais:

O segundo princípio, segundo Rüsen (1987), mais prático refere-se ao método de ensino de História. Neste sentido, o trabalho com a história local indica algumas possibilidades, como a exploração de arquivos locais, do patrimônio, da Estatuária, da toponímia e da imprensa local (SCHMIDT, 2007, p. 191).

Assim, como aborda a autora, há várias possibilidades de trabalhar no ensino de história com História Local, pois a mesma possibilita levar o aluno ao conhecimento mais próximo do seu cotidiano, ou seja, o aluno traz para a sala de aula suas próprias histórias vivenciadas por ele ou por pessoas próximas.

Nesse sentido, os conteúdos estudados, conforme Rosa Maria Godoy Silveira (2012), não se resumem a transmissão de privilégios do conhecimento, mas também a relação do sujeito com o seu passado no processo de construção, pois o sujeito está relacionado ao seu presente e passado, trazendo consigo interpretações e compreensões, apresentando suas especificidades e particularidades.

Um exemplo dessa perspectiva com o ensino da História Local foi apresentado no texto de Maria Auxiliadora Schmidt que destaca a criação do Projeto “Recriando a História Local”:

Diferentes autores têm trabalhado a partir dessa ideia geral, com entendimentos diferenciados do que isso significa em sala de aula. Na construção do Projeto Recriando Histórias, as contribuições de Freire (1967) permitem afirmar que os conteúdos dos processos pedagógicos, no ensino e na aprendizagem, devem ser constituídos a partir da identificação, nos contextos locais e também em âmbitos mais amplos, das diversidades e desigualdades que compõem a

realidade social e que se expressam e são compreendidas de diferentes formas pelos sujeitos (SCHMIDT, 2007, p. 192).

Como podemos ver na citação acima, Schmidt (2007), ao se debruçar no estudo do Projeto “Recriando a História Local”, faz considerações que foram também observadas por Rosa Maria Godoy Silveira (2012) ao tratar do tema “ensino de História Local”, especificando os procedimentos e métodos essenciais propícios para as várias modalidades de ensino, que, segundo suas palavras, devem desenvolver as seguintes características no discente: *temporalização*, como sendo o exame das memórias, das representações sociais, e as experiências históricas vividas no tempo das mais variadas formas; *criticidade*, como sendo a análise e compreensão dos conteúdos vinculados a memória social e da capacidade de opinar com relação a eles; *contextualização*, como sendo o meio de compreender os problemas ou processos de construção da memória e representação social (SILVEIRA, 2012).

Em outro momento do seu estudo sobre a temática do ensino de História Local, Maria Schmidt (2007, p. 190) diz:

É importante observar que uma realidade local não contém em si mesma, as chaves de sua própria explicação. Ademais, ao se propor o ensino de História Local como indicativo da construção da consciência histórica, não se pode esquecer de que, no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino americanas e mundiais.

Como diz a autora, o conhecimento das realidades locais leva às referências identitárias. Processo este que nos conduziu ao eixo temático da História Local na cidade de Cajazeiras através de uma oficina desenvolvida pelo PIBID e lançando um novo olhar para a história da cidade, onde novos sujeitos aparecem, como o exemplo da história da Irmã Fernanda e seu trabalho social na cidade.

Portanto, como diz Maria Auxiliadora Schimidt (2007, p. 190), a História Local enquanto estratégia de ensino

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico, a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações

cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos. Enquanto estratégia de aprendizagem, o trabalho com a História Local pode garantir controles epistemológicos do conhecimento histórico, a partir de recortes selecionados e integrados ao conjunto do conhecimento.

Ainda com base na autora, a História Local está ligada diretamente ao cotidiano de cada sujeito, situação exemplificada por nós quando apresentamos o trabalho social desenvolvido com as crianças no bairro São José pelas Religiosas da Sagrada Face, em especial, o trabalho desenvolvido pela Irmã Fernanda.

Nesse sentido, também a autora Helenice Ciampi (2007) destaca que o professor, quando realiza atividade com o cotidiano do aluno, deve fazer uma desconstrução e uma desmitificação da história dos heróis.

O professor encaminhou uma investigação sobre a história do bairro e sobre a escola, não simplesmente para sistematizar uma cronologia de fatos e personagens, numa mera apropriação de dados. Realizou, a partir das fontes disponíveis, uma desconstrução da montagem do mito do patrono da escola, assim como dos “heróis” que a versão dos comerciantes cristalizou na história do bairro da Vila Nova da Cachoeirinha. Se atentarmos para a produção dos alunos, verificamos que trabalharam com vários conceitos e registraram a percepção da íntima relação entre a construção do mito e da história (CIAMPI, 2007, p. 204).

Assim, podemos enxergar, por meio dos autores que estudam a problemática da História Local, que esta nos leva ao conhecimento mais próximo do cotidiano, como também que os conteúdos não se resumem a transmissão do conhecimento de sujeitos privilegiados. Essa problemática do conhecimento e a abrangência da história dos sujeitos plurais no ensino de História Local foi considerada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO A PARTIR DOS PCNs.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referências para os ensinos Fundamental e Médio do país elaboradas pelo governo federal. Conforme apresentação da documentação que compreende os PCNs, seu objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor.

Os PCNs são apresentados como uma proposta inovadora e abrangente, expressam o empenho em criar novos laços entre ensino e sociedade e apresentam ideias do “que se quer ensinar”, “como se quer ensinar” e “para que se quer ensinar”. Os PCNs não são uma coleção de regras, mas sim, um pilar para a transformação de objetivos, conteúdos e didáticas do ensino (BRASIL, 2001).

Os mesmos surgiram por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), quando esta visava a formação básica comum como um direito de todos. Seu dever é supor um conjunto de diretrizes, cujas metas tenham como função nortear os currículos da educação. Reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formação de um conjunto de diretrizes capazes de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União:

Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição federal (BRASIL, 2001, p. 15).

Tendo em vista que os PCNs são considerados orientações recomendadas ao sistema de ensino e que visam a melhoria da educação brasileira, fica evidente que estas orientações são propostas idealizadas com a pretensão de potencializar o ensino. A flexibilidade mediante a diversidade encontrada em cada estrutura de funcionamento local dá a possibilidade de ser adaptado o currículo ao ambiente vivenciado, ou seja, de acordo com a relação e necessidade que se faz presente na comunidade escolar, dando possibilidade da modificação diante a heterogeneidade sociocultural encontrada nas diferentes regiões do País:

A primeira dimensão é explicitada no Artigo 26 da LDB, que afirma: Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. À luz das diretrizes pedagógicas apresentadas, cabe observar a esse respeito:

- Tudo o que se disse até aqui sobre a nova missão do Ensino Médio, seus fundamentos axiológicos e suas diretrizes pedagógicas se aplica para ambas as “partes”, tanto a “Nacional Comum” como a “diversificada”, pois numa perspectiva de organicidade, integração e contextualização do conhecimento não faz sentido que elas estejam divorciadas;
- A LDB buscou preservar, no seu Artigo 26, a autonomia da proposta pedagógica dos sistemas e das unidades escolares para contextualizar os conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida dos seus alunos; assim entendida, a parte diversificada é uma dimensão do currículo, e a contextualização pode ser a forma de organizá-la sem criar divórcio ou dualidade com a Base Nacional Comum;
- A parte diversificada deverá, portanto, ser organicamente integrada à Base Nacional Comum para que o currículo faça sentido como um todo e essa integração ocorrerá, entre outras formas, por enriquecimento, ampliação, diversificação, desdobramento, podendo incluir todos os conteúdos da Base Nacional Comum ou apenas parte deles, selecionados, nucleados em áreas ou não, sempre de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento; (BRASIL, 1999, p. 85).

Nesse sentido, o ensino de História Local na disciplina de História assume um papel importante na ressignificação sobre a história da cidade e da realidade em que os alunos estão inseridos, pois como dizem os PCNs, a História Local é muitas das vezes contada apenas pelo viés da religião e da educação, porém a cidade tem outras histórias importantes:

Nesse sentido, cabe ao professor criar situações instigantes para que os alunos comparem as informações contidas em diferentes fontes bibliográficas e documentais, expressem as suas próprias compreensões e opiniões sobre os assuntos e investiguem outras possibilidades de explicação para os acontecimentos estudados (BRASIL, 1997, p. 45).

Portanto, como vimos nos referenciais dos PCNs acima, há diferentes fontes para que o professor crie outras problemáticas, como também para que os próprios alunos reelaborem um novo olhar para a história da cidade, tornando-se, assim, construtores de novos saberes.

Os PCNs falam que no primeiro ciclo a história local é para os alunos identificarem as diferenças e semelhanças:

Considerando o eixo temático “História local e do cotidiano”, a proposta é a de que, no primeiro ciclo, os alunos iniciem seus estudos históricos no presente, mediante a identificação das diferenças e das semelhanças existentes entre eles, suas famílias e as pessoas que trabalham na escola. Com os dados do presente, a proposta é que desenvolvam estudos do passado, identificando mudanças e permanências nas organizações familiares e educacionais (BRASIL, 1997, p. 41).

Fazendo um levantamento para identificar as diferenças e semelhanças:

Levantamento de diferenças e semelhanças individuais, sociais, econômicas e culturais entre os alunos da classe e entre eles e as demais pessoas que convivem e trabalham na escola: idade, sexo, origem, costumes, trabalho, religião, etnia, organização familiar, lazer, jogos, interação com meios de comunicação (televisão, rádio, jornal), atividade dos pais, participação ou conhecimento artístico, preferências em relação à música, à dança ou à arte em geral, acesso a serviços públicos de água e esgoto, hábitos de higiene e de alimentação (BRASIL, 1997, p. 41).

No segundo ciclo há uma preocupação com a linguagem e a escrita:

A particularidade do segundo ciclo reside no fato de os alunos dominarem melhor a linguagem escrita, possuírem experiências de trocas de informações e terem vivenciado momentos de questionamentos, comparações e trabalhos com ordenação temporal. Como no primeiro ciclo, os questionamentos são realizados a partir do entorno do aluno, com o objetivo levantar dados, coletar entrevistas, visitar locais públicos, incluindo os que mantêm acervos de informações, como bibliotecas e museus (BRASIL, 1997, p. 45).

Nas citações acima vimos que os PCNs apresentam objetivos diferentes para os dois ciclos, porém, nos dois, o aluno deve levantar dados da sua realidade para compreender as relações com o conhecimento.

Enfim, essa discussão acerca da História Local no ensino a partir das orientações dos PCNs, podemos perceber que a História Local é importante para o aluno, pois promove um melhor entendimento sobre o conhecimento peculiar dos sujeitos históricos. Todavia, os PNCs discutem a História Local apenas para as séries iniciais,

deixando-a de lado no Ensino Médio. A discussão da História Local surge a partir do artigo 26 da Base Nacional Comum:

É no contexto da Educação Básica que a Lei nº 9.394/96 determina a construção dos currículos, no Ensino Fundamental e Médio, “com uma Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (Art. 26) (BRASIL, 1999, p. 16).

Assim, a Base Nacional Comum pensa na temática da História Local diversificada, sendo o ensino de História Local pensado no plano da cultura, da economia e da população, fazendo com que o aluno conheça o sujeito histórico do seu cotidiano.

Foram referências como estas, na realidade local e na produção do conhecimento, que buscamos enfatizar nesse capítulo, com a finalidade de discutir a importância das apropriações e realidades dos sujeitos locais enquanto construtores de suas histórias. No próximo capítulo trataremos da importância da história e da memória da Irmã Fernanda, na cidade de Cajazeiras, a partir dessa discussão sobre o trabalho com a História Local e com ela a possibilidade de inclusão de novos sujeitos na história da cidade.

CAPÍTULO II

COMUNIDADE ECLESIAIS DE BASE, MOVIMENTOS SOCIAIS E A IGREJA RENOVADA EM CAJAZEIRAS

O surgimento do que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais” no contexto político do Brasil se propagou nos anos 70, 80 e 90, períodos em que, do ponto de vista político, o país estava saindo do regime ditatorial mediante pressão e organização da sociedade e da população, que começava a ter um sentimento de mudanças. Como nos diz a historiografia, o conceito de “movimento social” indica um movimento que almeja mudanças sociais, formando-se a partir de grupos ou entidades sociais.

Para o autor Paulo Silvino Ribeiro:

Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja a luta por um algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma identidade para a luta e defesa de seus interesses. Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras. Gianfranco Pasquino em sua contribuição ao Dicionário de Política (2004) organizado por ele e por Norberto Bobbio e Nicolau Mateucci, afirma que os movimentos sociais constituem tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para se alcançar determinados resultados (RIBEIRO, Brasil Escola, [s.d.]).

Também nesse sentido e falando sobre o teor dos movimentos sociais, o autor Eder Sader (2001, p. 29) diz que “Nessa representação, a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública”.

Como bem pontua Sader (2001), os movimentos sociais fazem emergir novos sujeitos para um novo contexto social de lutas também novas. Nesse cenário as

instituições sociais assumem um papel importante na elaboração e arregimentação das condições de luta:

A constituição dos movimentos sociais implica uma forma particular de elaboração dessas condições (elaboração mental enquanto forma de percebê-la, mas também elaboração prática enquanto transformação dessa existência). Nesse sentido, movimentos sociais operam cortes e combinações de classe, configurações e cruzamentos que não estavam dados previamente (SADER, 2001, p. 48).

Portanto, como sublinha o autor, os movimentos sociais priorizam esses novos sujeitos e tenta compreendê-los no seu meio social, pois são sujeitos que pensam, que agem e também manipulam seus interesses. “Ou seja, os ‘manipulados’ também ‘manipulam’. Através da absorção de padrões dominantes eles expressam algo de suas vontades e seus sonhos e é exatamente isso que é necessário saber ouvir” (SADER, 2001, p. 110). Nesse sentido, o movimento social luta pelos direitos e necessidades da população, mas também torna o sujeito participativo no contexto político ao qual está inserido.

Cátia Franciele Sanfelice de Paula (2013) em estudo sobre o livro de Eder Sader, *Quando novos personagens surgem em cena*, reforça a sua compreensão, afirma que:

Diante disso, a iniciativa de atuação política só é tomada quando precisam reivindicar algo. O fato de necessitarem de determinados benefícios impulsionaram os sujeitos a se organizarem. A necessidade material se colocou como o elo entre os sujeitos que adquiriram consciência sobre suas situações e, a partir daí organizaram-se em torno de suas lutas. Nesse sentido, a formação de classes na sociedade demonstra as desigualdades sociais e econômicas presentes na realidade. Quando essas classes não possuem representação, elas mesmas buscam meios para reivindicar seus interesses (PAULA, 2013, p. 150).

Portanto, Cátia de Paula (2013) diz que os sujeitos se organizam devido às necessidades coletivas partindo da realidade em que estão inseridos e surgindo uma conscientização coletiva dessa necessidade. Essas necessidades trazem consigo suas ideologias, suas práticas e suas experiências, dando novos significados na vida desses sujeitos, que agindo assim, promovem uma mudança no seu cotidiano. Que encorpam a necessidade de dialogar com os poderes constituídos na luta e busca por políticas públicas que tratem de seus problemas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

Os movimentos sociais se encontram enquanto lutas com o mundo das políticas públicas. Representam os interesses coletivos frente a instituições de poder e se torna alvo do interesse da ciência política como lugar para se compreender o governo e suas ações sociais.

Selma Souza (2006, p. 23) ao estudar as políticas públicas diz que:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

A autora nos leva a perceber a construção do caminho que levou as políticas públicas a transformarem-se em campo da ciência política pela sua identificação e definição pelas ações coletivas.

Portanto, as políticas públicas definem-se, basicamente, pela mudança em que o “individualismo busca as necessidades do coletivo”, e esse coletivo compreende as necessidades dos sujeitos. Assim acontece o movimento social, onde esse coletivo/grupo luta pelos direitos de todos, melhorando suas vidas enquanto sujeitos na sociedade.

A partir dos anos 1980, no Brasil, assiste-se a uma demanda de lutas nas quais se sobressaem as questões na luta dos movimentos sociais, que são as necessidades por habitação, educação, infraestrutura, saúde etc. Nesse sentido, o estudioso Miguel G. Arroyo (2003, p. 30) vai dizer que:

A brutal exclusão dos setores populares urbanos dos serviços públicos, mais básicos, provocou, desde a década de 50, reações e mobilizações pela inserção social. Pelo direito à cidade, aos bens e serviços públicos.

Para caracterizar a literatura dos movimentos no Brasil, Marcelo Kuranth Silva (2010) diz que a mesma se divide em três partes, sendo a primeira a “normativa” que estuda o como devem se dar as ações. A segunda o autor chama “literatura prescritiva”, que propõe uma análise do movimento social, trabalhando com os erros e acertos. A terceira é a “literatura restritiva”.

Sobre essas literaturas o autor destaca:

Desse modo, o primeiro aspecto a ser destacado é a forte presença de um enfoque normativo nessa literatura. Isto significa que uma parcela significativa dos trabalhos que a integram adota determinados pressupostos normativos que definem como “deve ser” o objeto de sua análise (por exemplo, a forma de organização, a relação com o Estado, os objetivos da ação etc.) e, a partir desses pressupostos, avalia a atuação dos atores empíricos (SILVA, 2010, p. 3).

Em consequência:

Como desdobramento dessa normatividade, uma segunda característica presente em parte dessa literatura é o seu caráter prescritivo: alguns analistas tendem a assumir o papel de propositores de formas de organização e atuação dos movimentos sociais a partir de determinados princípios considerados corretos, justos e/ou eficazes (SILVA, 2010, p. 3).

E

Por fim, um terceiro desdobramento do engajamento e da normatividade é a restrição do campo de estudos a um conjunto de organizações e movimentos que, em maior ou menor grau, compartilham determinados princípios político-organizativos adotados e defendidos pelos pesquisadores. Exclui-se, assim, a análise rigorosa de uma ampla gama de atores sociais cujas formas e/ou objetivos de ação confrontam aqueles princípios (por exemplo: as formas organizativas construídas por segmentos das elites brasileiras ou o associativismo fundado em relações de clientela). Tais atores tendem a ser simplesmente desconsiderados ou “condenados” (como tradicionais, clientelistas, conservadores, autoritários etc.), sem que haja uma preocupação efetiva de análise dos mesmos (SILVA, 2010, p. 3-4).

Como vimos na citação acima, a literatura acerca dos movimentos sociais no Brasil se fundamenta em três perspectivas. Mas o autor citado faz uma ressalva para dizer que há uma falta da questão teórica no debate normativo. Já nas linhas gerais, ele apresenta discussões teóricas a respeito dos movimentos sociais. Na primeira afirma que a discussão conceitual é primordial para a identidade dos movimentos sociais:

Em primeiro lugar, em linha de continuidade com a literatura da segunda metade dos anos 1980 (em especial, Scherer-Warren e Krischke, 1987), observa-se uma influência marcante da denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Autores como Touraine, Habermas e Melucci são referências importantes em diversos artigos. Como o esperado, os trabalhos que seguem esta abordagem tendem a conferir grande centralidade à identidade como conceito-chave para análise dos movimentos sociais, apesar de haver uma certa fragilidade no desenvolvimento de um modelo analítico consistente sobre os processos de identificação subjacentes às ações coletivas (SILVA, 2010, p. 4).

Assim, Marcelo Silva (2010) nos diz que a literatura em questão aborda uma discussão marxista-estrutural, a qual estuda as várias teorias existentes nos movimentos sociais, mas que ao mesmo tempo compartilham um espantoso aditivo normativo. Ou seja, um estudo dos movimentos sociais, dos conceitos políticos, no sentido de organização e mobilizações.

Em segundo lugar, observa-se a presença de uma abordagem marxista-estrutural, cujo foco central é explorar os efeitos (ou potenciais) dos movimentos sociais na geração de mudanças sociais e políticas de nível macro. Nessa abordagem, a explicação da constituição destes atores coletivos tende a ser secundarizada, na medida em que ela é abordada como uma decorrência mais ou menos imediata de determinados macroprocessos (por exemplo, a restauração do capitalismo, a emergência do neoliberalismo etc.). Além disso, esta abordagem tende a conferir centralidade às classes sociais e ao conflito de classes como dimensões estruturadoras, tanto dos processos empíricos, quanto do enquadramento explicativo dos mesmos (SILVA, 2010, p. 4).

Seguindo a perspectiva hermenêutico-fenomenológica, ele aponta que o desafio, em termos teóricos, é estabelecer um diálogo entre estes modelos indutivos, de forma a

identificar as divergências e produzir eventuais convergências que superem a atual fragmentação.

Por fim, identificam-se também trabalhos que se ancoram em abordagens de caráter hermenêutico-fenomenológicas, enfatizando a importância da compreensão dos processos de atribuição de sentido realizados pelos atores sociais como recurso analítico fundamental para a qualificação das interpretações elaboradas pelos pesquisadores e, ao mesmo tempo, como instrumento de problematização de pressupostos teóricos e/ou normativos naturalizados (SILVA, 2010, p. 5).

Assim podemos compreender que o estudo dos movimentos sociais e das políticas públicas no Brasil nos anos 80 e 90 revelam um embate teórico.

Importante compreensão desse debate é apresentado por Leonardo Boff, que faz uma reflexão sobre as mudanças que foram necessárias para a sociedade Latino-americana:

Os últimos cinquenta anos marcaram as sociedades latino-americanas com a aparição de uma burguesia industrial dinâmica, nacionalista e modernizadora, A tarefa urgente consistia em superar o atraso técnico em que nos encontrávamos mediante uma rápida modernização de toda estrutura produtiva. O espantinho que precisava ser exorcizado era o subdesenvolvimento. Para isso, convocara-se todas as forças em nome do progresso e do desenvolvimento em todas as frentes. Paralelamente a este processo, criaram-se formas mais adequadas de participação social: democracia com base populista e organização sindical (BOFF, 2014, p. 31).

Portanto, Leonardo Boff (2014) reforça a necessidade que havia de convocar forças para que houvesse transformações na sociedade, tendo debates em torno do desenvolvimento econômico, da educação e da reforma agrária. Segundo ele, a Igreja teve participação importante a partir do Vaticano II, no qual começou a ser pensada para os pobres, qual esse seria o “espírito cristão”:

A igreja confia muito mais nos centros de poder decisório que procuravam engajar-se em tarefas eclesiais e imbuir-lhes de espírito novo, nascido do Vaticano II. Os vários movimentos, como Cursilhos de Cristandade, Movimento Familiar Cristão, Movimento Carismáticos e outros deste gênero, têm como endereçados primeiros os grupos bem situados na sociedade e não o povo proletariado e pobre. O futuro deste tipo de presença da igreja a partir de sua

coligação com os estratos modernos da sociedade depende do destino da própria sociedade moderna (BOFF, 2014, p. 33).

Neste sentido, a Igreja tem um papel importante, pois esses movimentos sociais trazem consigo a necessidade uma organização social, e a Igreja, renovada com novos pensamentos sociais, é uma instituição que pensam na necessidade do povo, e esse povo não necessariamente será um mero receptor, mas um monitor de opiniões.

2.1.1 A IGREJA E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.

Foi a partir do Concílio Vaticano II, em 1962, que a Igreja Católica traçou nova postura de evangelização, na qual se criam e se inserem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja, ou parte dela, vai evangelizar a partir de uma preocupação com os pobres, pois o Concílio Vaticano I pensava da seguinte forma: “O pastor e o bispo de nossas almas, querendo perenizar a obra salvífica da redenção, decretou edificar a igreja”, enquanto o Concílio Vaticano II muda a forma de pensar o posicionamento da Igreja, agora “para levar a efeito obra tão importante Cristo está sempre presente em sua igreja, sobretudo nas ações litúrgicas” (BOFF, 2014, p. 293). E com isso a criação das CEBs, os pobres tornam-se “o mistério de Cristo”. “Quando a Boa-nova é anunciada pura, livre e destemidamente aos pobres, ela acende neles o fogo da esperança, transforma suas vidas” (BARREIRO, 2003, p. 17), algo que acontece nas CEBs em todo o Brasil. Nesse sentido, a Igreja luta junto aos movimentos populares por essa esperança.

A história recente mostrou a fecundidade da dialética entre o Conjunto do Movimento Popular e as CEBs. Tal tensão fecunda deve continuar e os impasses devem ser superados não através do fechamento e corte dos contatos, mas enfrentando os desafios desse relacionamento, tendo como ponto de referência fundamental o interesse do povo (PERANI, 2016, p. 42).

Como diz acima Claudio Perani (2016), tanto o movimento popular como as CEBs focam o “interesse do povo”.

Outro importante pensamento sobre as comunidades eclesiais de base é pelo feito teórico religioso. Frei Betto, em seu trabalho *O que é Comunidade Eclesial de*

Base, publicado pela Abril Cultural em 1985, traz a definição sobre “o que é uma comunidade eclesial de base” que luta pelas melhores condições de vida da comunidade:

Um desafio lançado à Igreja pela esperança de libertação dos povos latino-americanos. Através de suas comunidades de base, de seus agentes pastorais, descobrir a maneira mais evangélica de tornar essa esperança uma prática eficaz de transformação da história e busca do mundo de justiça e amor (BETTO, 1985, [s.p.]).

Frei Betto (1985), nessa passagem, reforça seu argumento e sua definição de que a comunidade de base traz consigo esperança e são pequenos grupos organizados nas suas comunidades e/ou igrejas, seja na sua igreja matriz ou na capela na zona rural, e unidos pela fé. O Frei Betto (1985, p. 7) caracteriza as Comunidades Eclesiais de Base assim:

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem em comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperança libertadoras. São eclesiais, por que congregam na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, peões e seus familiares. Há também comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas.

Nesse sentido, para ser comunidade tem que frequentar os mesmos lugares e profanar da mesma fé. Podemos entender que as CEBs estão atreladas às lutas sociais e também à Igreja, unidas na luta e na fé. Para que tudo ocorra bem, é necessário um grupo de pessoas que organiza as CEBs e que são chamados de “agentes pastorais”, mas tendo em vista que o agente pastoral não é coordenador (chefe), e sim assessor da comunidade, ao mesmo tempo que tem que entender o significado de sua função: “viva para o povo e comungue sua vida”. Com isso, a Igreja passou ser a voz do povo na luta pelos seus ideais.

Assim, Leonardo Boff (2014) nos diz que a partir da teoria da libertação as comunidades eclesiais de base passam a pensar nas missões:

O contexto conflitivo das bases configura muito concretamente a missão da Igreja: pensar e viver a fé de forma libertadora comprometida com os humilhados, lutando por sua dignidade e ajudando a construir uma convivência mais conforme critérios evangélicos. Esta opção se impõe de forma cada vez mais iniludível em todas as comunidades de base seja em meio rural seja em meio suburbano. As divisões não se produzem, normalmente, no nível da fé, dos sacramentos ou da direção, mas no nível do engajamento com a realidade (BOFF, 2014, p. 247).

A libertação do povo, para Leonardo Boff (2014), está atrelada ao sacramento e à fé, pois uma comunidade unida na fé liberta-se e, com isso, celebra a própria luz e fé pelas conquistas do grupo e soluções dos problemas enfrentados na comunidade. Lutas pelos direitos de todos na sociedade e através da conquista da liberdade é que o sujeito terá dignidade para a vida. A luta e a fé andam juntos para a libertação, mas quando o autor fala em libertação, não significa libertação de um mal, mas sim libertação da dignidade de um indivíduo/grupo na sociedade.

2.1.1.1 A IGREJA E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAJAZEIRAS.

Compreendemos anteriormente a origem e objetivos das CEBs no contexto mais amplo das lutas da sociedade brasileira, agora vamos entender o trabalho das CEBs na cidade de Cajazeiras, como designação e consequência de um trabalho focado na pastoral. No Brasil já aconteceram quatro encontros das CEBs: o primeiro foi em Vitória-ES em 1975, o segundo também em Vitória-ES em 1976, o terceiro em João Pessoa-PB em 1978, e o quarto em Itaici-SP em 1981. Nesses encontros foi discutido sobre a gênese da igreja, ou seja, a “nova igreja” que pensa no povo pobre e como viver e caminhar na fé (BOFF, 2014), tendo as igrejas ou dioceses das cidades um trabalho voltado para pastoral, como diz a CNBB:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na

qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo (CNBB, 2015).

Na Paraíba, o trabalho das pastorais começou com um encontro em 1989, na capital João Pessoa, com a presença de alguns bispos e padres. Dom Zacarias, que era o bispo diocesano de Cajazeiras, não concordava com as pastorais, pois era conservador e simpatizante do regime ditatorial. Cícera Gomes de Andrade (2015), no seu trabalho monográfico, fala como surgiu a pastoral da terra em terras cajazeirenses:

O evento que fez emergir a CPT aconteceu na cidade João Pessoa, com o apoio do Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires e o Bispo da Diocese de Guarabira Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Estes Bispos convocaram e realizaram a Assembleia Regional da Pastoral Rural em 1989. Foi nesta ocasião que nasceu em terras Paraibanas a Comissão Pastoral da Terra, nas quatro Dioceses, a saber: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras. No entanto, as três pessoas: José Luiz Filho, José Lisboa e Valdeci Santiago Barreto, da Diocese de Cajazeiras, estavam participando da Assembleia sem a autorização do Bispo Diocesano Dom Zacarias, que não concordava com o nascimento da Comissão Pastoral da Terra. Sendo assim, a (CPT – Sertão – PB) nasceu à revelia da Diocese de Cajazeiras, mas com a anuência do Bispo da Diocese de Patos. Por isto é denominada de CPT – Sertão - PB e, não da Diocese de Cajazeiras (ANDRADE, 2015, p. 45).

Já o reverendíssimo Padre Antônio Luiz do Nascimento, reitor do Santuário Nossa Senhora Auxiliadora que fica no antigo colégio Diocesano e atual FAFIC (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras), escreveu um texto a pedido do então Bispo diocesano Dom José González Alonso, atualmente bispo emérito (informações obtidas em conversa com a secretaria da cúria Denise Silva), que se encontra no site da diocese de Cajazeiras, intitulado “CENTENÁRIO DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS (1914/15 – 2014/15)”, no qual diz que Dom Zacarias promoveu vários trabalhos pastorais durante seu governo episcopal.

D. Zacarias tem promovido, tanto na sede da Diocese, como nas paróquias do Bispado, intensa pastoral, realizando visitas pastorais,

santas Missões, com a celebração das festas religiosas de consolador proveito para a vida espiritual do rebanho que Nosso Senhor lhe confiou (NASCIMENTO, 2014).

Porém, o Padre Antônio Luiz do Nascimento diz que foi em 1990, quando Dom Matias iniciou seu governo episcopal, que os trabalhos pastorais começaram. “Dom Matias idealizou e iniciou a construção do Centro Diocesano de Pastoral, deixando-o em funcionamento”. Percebemos aí uma contradição nos seus escritos. Cícera Andrade (2015) faz uma ressalva de que a pastoral da terra teve um grande apoio a partir da década de 70 com a chegada de padres italianos que se uniram à luta desse povo.

[...] a chegada dos padres Italianos na Diocese de Cajazeiras, por volta dos anos 70. Estes padres trouxeram consigo o sentimento de indignação com as injustiças acometidas às populações empobrecidas, visto que a situação vivenciada pelos trabalhadores do campo era ainda mais calamitosa. Os padres, vendo a situação do campesinato na microrregião de Cajazeiras, se compadeceram e assumiram a causa dos pobres, por acreditarem que para ser fiel e coerente ao projeto de Deus seria essencial promover a libertação dos camponeses daquela situação de semiescravidão a qual estavam submetidos [...] (ANDRADE, 2015, p. 43).

Portanto, podemos compreender que com a chegada dos padres italianos na diocese de Cajazeiras, começaram as lutas por melhores condições de vida da população. A exemplo: podemos citar a Irmã Fernanda, que, como os padres italianos que criaram a pastoral da terra, também veio em 1977 da sua cidade natal de Pádua, na Itália, a convite do Padre Gervasio, e aqui desenvolveu um trabalho pastoral na Igreja São José Operário.

Nesse sentido, Leonardo Boff faz uma reflexão sobre a concepção da igreja na comunidade:

Existe uma igualdade fundamental na igreja. Todos são Povos-de-Deus. Todos participam de Cristo, diretamente, sem mediações. Por isso, todos participam do serviço de ensinar, santificar e organizar a comunidade. Todos são enviados à missão, não só alguns; todos são responsáveis pela unidade da comunidade; todos devem se santificar (BOFF, 2014, p. 272).

Ou seja, um incentivo de ação em que todos estejam a serviço do povo de Deus, com e a favor desse povo, descentralizando assim as atividades da Igreja através as

Comunidades Eclesiais de Base como uma capela, como uma liturgia e pela vivência com o povo como o caminho que mantém e faz crescer a fé do povo de Deus, pois é na fé que se cresce o cristianismo e a fraternidade, com ajuda mútua na comunidade. Pois é tido que Jesus Cristo quer a libertação e essa concepção é capaz de conscientizar a comunidade para o mundo e a libertar dessa sociedade que oprime e humilha os menos favorecidos. É nesse contexto que surge a comunidade São José.

2.1.1.2 A COMUNIDADE DO BAIRRO SÃO JOSÉ.

Entre os anos 1965 e 1967, o Monsenhor Francisco de Assis Sitônio, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, em Cajazeiras, deu início a construção da Capela São José, situada no Bairro São José, Zona Norte de Cajazeiras. Em continuidade, a Irmandade Santos da Congregação das Irmãs Dorotéia juntamente com o Padre Albino dedicaram preciosos esforços na evangelização e ação social³. Faço aqui uma ressalva, pois as informações foram cedidas pelo secretário paroquial, o qual diz que a Igreja fica situada no bairro São José, todavia, quando solicitamos o endereço, nos foi passado assim: rua Francisco Braga Barreto, S/N, Zona Norte de Cajazeiras – Casas Populares, CNPJ 04.886.413/0003-38. Acreditamos que seja agora o endereço atual da Igreja (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

Em 1977 chegaram as Religiosas da Sagrada Face, de origem italiana, sendo as primeiras que habitaram na comunidade, as Irmãs Fernanda Marabello, Emericiana, Augusta e Luiza Sattini, que se instalaram no referido bairro, passando a compor a primeira casa desta família religiosa em terras brasileiras. Tendo em vista aquela ser uma das áreas mais carentes da cidade de Cajazeiras, recebeu maior investimento no campo religioso e social (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

No decorrer da história, os padres Albino, Antônio Siqueira e Raimundo Honório, juntamente com as Religiosas da Sagrada Face, em especial a Irmã Maria Fernanda Marabelo, desenvolveram atividades de promoções sociais, como: a Escola de Ensino Infantil São José, o posto de saúde e o Centro Social São José, que desenvolvia

³ Todas as informações contidas nesse texto sobre a Igreja São José Operário foram cedidas pelo secretário paroquial Gildeilson Silva Paulino.

neste centro algumas atividades como: corte e costura, curso de datilografia e artesanato em cerâmica. Estas atividades funcionavam economicamente com ajuda vinda do exterior. Atualmente elas já não funcionam, pois se encontram desativadas devido a situação financeira da comunidade, como já citamos anteriormente, é bastante pobre e não ter condições de custear as despesas necessárias para o bom desempenho das referidas atividades (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

Com o grande êxodo rural e também a vinda de um grande número de pessoas vindas de cidades vizinhas, a zona norte de Cajazeiras cresceu em população, atingindo atualmente mais ou menos 30.000 habitantes. A partir desta realidade se fez necessário o desmembramento da Capela São José da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, para que houvesse um melhor atendimento pastoral de seus fiéis. Desta forma, Dom José González Alonso, bispo da diocese, a teor do cânon 515 do Código de Direito Canônico, resolveu construir uma igreja para ser a nova Paróquia São José Operário, tendo como titular o próprio São José Operário (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

Ficando, assim, desmembrada da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, sendo erigida a Paróquia São José Operário por decreto assinado pelo Bispo diocesano Dom José González Alonso no dia 21 de agosto de 2003 e instalada na celebração eucarística do dia 23 de setembro do mesmo ano, onde foi nomeado o Pe. Paulo Henriques da Fonseca como o primeiro administrador paroquial da nova paróquia, com todos os direitos e obrigações, segundo os cânones 545 ao 552 do Código de Direito Canônico (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

No entanto, ressaltamos a grande influência das religiosas da Sagrada Face para a conquista deste feito, já que era um sonho concreto na Irmã Fernanda Marabello. Ao ser construída a igreja matriz de São José Operário, o povo criticava sobre o tamanho físico da igreja, que parecia ser muito grande, mas a Irmã sempre respondia: “os pobres merecem coisas grandes, e um dia aqui será sede de uma paróquia”, o que foi concretizado. Desde o ano de 1977, essas religiosas tiveram importante papel neste bairro, e organizaram o povo de Deus e estiveram à frente na construção desta igreja, com o intuito de educar melhor os cristãos na fé católica, já que em tal bairro a pobreza

era latente, assim como a prostituição e as drogas (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

A comunidade paroquial está organizada da seguinte maneira: a zona urbana conta com oito bairros, sendo eles Casas Populares, Conjunto João Rodrigues, Jardim Europa, São José, Sol Nascente, IPEP, Belo Horizonte e Pôr do Sol. Já a zona rural conta com as seguintes comunidades: Jardineiro, Boa Vista, Capoeira, Cacaré, Papamel, Duvidoso, Baixio dos Henriques, Javigô, Jacó, Belo Monte, Serragem, Lagoa do Arroz e Serra da Arara II. Vale salientar que poucas comunidades oferecem facilidades de acesso, como no caso de algumas que estão localizadas às margens de rodovias asfaltadas, mas para a grande maioria das localidades a única forma de alcançá-las é por meio de estradas de chão batido (Documento do arquivo pessoal de Gildeilson Silva Paulino, secretário paroquial da Igreja São José Operário).

A vida pastoral em caminhada se encontra organizada em grupos, como: Liturgia, ECC, Pastoral Familiar, Pastoral da Criança, Pastoral do Batismo, Pastoral do Idoso, Infância Missionária, Pastoral do Dízimo, Coroinhas, Legião de Maria, Apostolado da Oração, Amigos da Sagrada Face, Equipe Vocacional Paroquial, Grupo de Jovens São José, Fundação de Jovens e Adolescentes Irmã Fernanda (FUNJAIF), Ministros Extraordinários da Eucaristia, Pastoral da Catequese, Renovação Carismática e a Escola da Fé para adultos.

Como vimos acima, a Igreja tem dezenove pastorais atuantes na comunidade, mas a presença das Irmãs da Sagrada Face é atuante na comunidade, ressaltando que foram e ainda são importantes para que essas pastorais sigam em frente. O trabalho das Irmãs Religiosas da Sagrada Face tem reconhecimento, dando continuidade ao trabalho social desenvolvido sobre o comando da Irmã Fernanda, como podemos perceber nos versos de um poema feito pela professora Francisca Gonçalves e moradora do bairro São José e que atuou juntamente com as Irmãs Religiosas da Sagrada Face em trabalhos desenvolvidos no bairro:

5. A bondosa Irmã Fernanda
Que não era brasileira
Veio do país da Itália
Residir em cajazeiras
Em companhia das irmãs
Augusta, Luiza e Emerênciana
Compartilhar com a pobreza

Que ali era um drama

6. Chegando aqui no Brasil
Foi muito bem recebida
Continuo trabalhando
Com essa gente sofrida
Que se chama São José

7. Com a ajuda de Deus
Continuo sua missão
Na direção da escola
E ajudando aos irmãos
A quem amava com certeza
Comprava sacas de legumes
Para dar a pobreza
Substituiu o Padre Albino
Com muita coragem e fé
Depois fundou o posto da escola”

Portanto, as Irmãs criaram várias pastorais para a comunidade, criaram posto de saúde, onde se faziam atendimentos com clínico-geral, dentista e enfermeira. Para a comunidade do bairro São José isso era a melhor coisa que podia acontecer para eles, já que não tinham atendimentos médicos aqui na cidade. No verso 7 podemos ver que as Irmãs criaram uma escola para as crianças, dando tanto possibilidade de aprendizagem como também oferecendo às crianças alimentação, tendo em vista que muitos não tinham o que comer em suas casas, situação que os levavam a frequentar a escola como forma de sobrevivência.

2.2 O TRABALHO SOCIAL DA IRMÃ FERNANDA NA PASTORAL DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB.

Na estrofe inicial do poema acima, feito em homenagem ao trabalho das Irmãs da Sagrada Face, vemos em destaque o nome e a referência ao trabalho social que a Irmã Fernanda desenvolveu na cidade, em especial na comunidade da Igreja de São José Operário onde passou a atuar. Sua atuação estava voltada para a atenção para com as crianças e os jovens.

Em conversa com o bispo emérito Dom Matias, ele fala que a “irmã viveu em função dos pobres e das crianças” e continua dizendo que a “irmã ia buscar em sua terra

natal para dar aos pobres do bairro São José”. A professora Francisca Gonçalves escreveu e registrou em seu poema a relação e trabalho de Irmã Fernanda na comunidade:

3. A querida Irmã Fernanda
 Era uma criatura legal
 A todos queria bem
 A ninguém fazia mal
 Amava a toda criança
 Branca, preta, rica ou pobre
 Não gostava de vingança
 E não elogia nobre
 4. Amante da face de Cristo
 Era o seu lema principal
 Não gostava de ser vista
 Ajudar os pobres era o ideal
 De três em três anos visitava
 A sua terra natal
 Esmolar para dar aos pobres
 Queria todos igual

Nesse verso, a professora Francisca Gonçalves traça o perfil de Irmã Fernanda como uma pessoa amável e que não gostava de elogiar ricos. Em outros versos, Francisca Gonçalves destaca como o trabalho social de Irmã Fernanda foi desenvolvido a partir da criação de um posto de saúde e de uma escola para a comunidade carente.

9. Um dia eu conversava
 Com a Santa Irmãzinha
 Ela dizia eu já fiz
 Mais de 50 casinhas
 Para dar aqueles pobres
 Porque a eles convinham
 E também muitas privadas
 Que as famílias não tinham

No verso acima, a professora destaca o trabalho social de moradia desenvolvido pela Irmã Fernanda pela sua atuação na construção de casas para os moradores do bairro.

Em conversa informal com meu pai, morador da comunidade, ele relatou que a Irmã Fernanda comprava o material e convidava os homens do bairro para construir as casas de que fala os versos da professora, relata ainda que era um deles. “*Construímos*

muitas casas, a rua Pedro Revoltoso foi feita quase toda de doação”, ou seja, o trabalho social desenvolvido pela Irmã Fernanda foi voltado para moradia, saúde e educação.

2.2.1 APRESENTANDO A IRMÃ FERNANDA.

A irmã Fernanda da comunidade São José Operário de que estamos falando era Maria Marabello, nascida em Casalsarugo (Pádua) na Itália, no dia 04 de abril de 1924, sendo a segunda filha do casal Giuseppe Marabello e Giuseppina Dante. Em 08 de outubro de 1939 ingressou na Congregação das Irmãs da Sagrada Face. Em setembro de 1942, fez a profissão religiosa na Congregação, recebendo o nome de Irmã Maria Fernanda Marabello e assumiu o compromisso de encarnar na sua vida o Carisma da Congregação.

Em 08 de dezembro de 1946 fez os votos perpétuos. No verão de 1947, Madre Maria Pia Mastena — como prova de sua relação íntima e confidencial com Irmã Fernanda — segredou-lhe o voto que fizera de Maior Perfeição e do amor de Deus.

Nessa mesma ocasião, a Fundadora lhe confidenciou a revelação que teve de Deus, aos 9 anos de idade, quando afirmou “ter visto a cruz que agora todos vocês têm no peito, assim como é, eu a vi quando tinha nove anos”. Irmã Fernanda conviveu com a Fundadora por 12 anos, tornando-se uma discípula exemplar. No ano de 1976, por ocasião do 25º aniversário de morte da Madre Fundadora, a Congregação das Irmãs da Sagrada Face, a convite do então Padre Gervásio Fernandes de Queiroga, decidiu abrir uma casa de missão no Nordeste do Brasil. Na noite de 06 de janeiro de 1977, Irmã Fernanda, juntamente com outras três irmãs missionárias, embarcam para as terras brasileiras, chegando à cidade de Cajazeiras no dia 21 de janeiro do mesmo ano.

As primeiras irmãs missionárias estabeleceram morada fixa no bairro São José. Até o ano de 1986, Irmã Fernanda exerceu o serviço de Superiora local da recente casa de missão. O seu zelo apostólico a levou a realizar fecundas e audaciosas atividades de evangelização e de promoção humana, junto àqueles que sempre foram os destinatários preferidos da sua vocação e missão: os pobres. Dedicou-se à pastoral vocacional, à pastoral da juventude, à Escola São José e às contínuas visitas às famílias carentes dos bairros próximos. O seu grande empenho e esforço para a construção da nova Igreja São José foi um dos seus últimos grandes sonhos, que não pôde ver realizado. Em todas as

ocasiões, viveu intensamente o Carisma da sua Congregação: “Propagar, reparar e restabelecer a imagem do doce Jesus nas almas”. Morreu em Cajazeiras, no dia 02 de setembro de 1991. Seu corpo repousa na antiga Capela de São José, no bairro São José, em Cajazeiras.

Com muita dor e comoção com a morte de Irmã Fernanda, a comunidade da Igreja São José Operário ficou abalada. Todos os anos, no dia 02 de setembro, é celebrada a missa em sufrágio de sua alma, mas no dia dois de cada mês, os seus devotos se reúnem para rezar o terço, e o encontro é em frente a seu túmulo na capela São José, às 18:00 horas. A cada ano é feito a comemoração *in memoriam* de sua morte. Sua amiga, a dona Francisca Gonçalves, escreveu um poema em que fala do acontecimento da sua morte, da vinda em missão e também do trabalho que tinha com as crianças:

A MORTE DA IRMÃ FERNANDA

1. No dia 02 de setembro
Do ano (91) noventa e um
Ainda hoje eu me lembro
Mais é um fato comum
No bairro das Populares
Era uma segunda-feira
Houve um grande desastre
Que abalou Cajazeiras

2. Naquele dia sombrio
Cheio de tanta esperança
Morria a mãe da pobreza
Também a mãe das crianças
Lá no Palácio do Bispo
Perto da Catedral
Deus levou a Irmã Fernanda
Para defende-la do mal

3. A querida Irmã Fernanda
Era uma criatura legal
A todos queria bem
A ninguém fazia mal
Amava a toda criança
Branca, preta, rica ou pobre
Não gostava de vingança
E não elogia nobre

4. Amante da face de Cristo

Era o seu lema principal
Não gostava de ser vista
Ajudar os pobres era o ideal
De três em três anos visitava
A sua terra natal
Esmolar para dar aos pobres
Queria todos igual

5. A bondosa Irmã Fernanda
Que não era brasileira
Veio do país da Itália
Residir em cajazeiras
Em companhia das irmãs
Augusta, Luiza e Emerênciana
Compartilhar com a pobreza
Que ali era um drama

6. Chegando aqui no Brasil
Foi muito bem recebida
Continuo trabalhando
Com essa gente sofrida
Que se chama São José

7. Com a ajuda de Deus
Continuo sua missão
Na direção da escola
E ajudando aos irmãos
A quem amava com certeza
Comprava sacas de legumes
Para dar a pobreza
Substituiu o Padre Albino
Com muita coragem e fé
Depois fundou o posto da escola

8. Mais o tempo foi passando
E a Irmã sempre de pé
Trabalhando sem descanso
Rezando com muita fé
Pedindo graças a Jesus
Para homem e mulher
E ajuda pra construção
Da Igreja São José

9. Um dia eu conversava
Com a Santa Irmãzinha
Ela dizia eu já fiz
Mais de 50 casinhas
Para dar aqueles pobres
Porque a eles convinham
E também muitas privadas
Que as famílias não tinham

10. A pobre Irmã Fernanda

Amava o Deus verdadeiro
Foi acusada de adoção de crianças
Como qualquer desordeiro
Que venderia as crianças
Para o seu país estrangeiro
Foi uma barbaridade
Que abalou o mundo inteiro

11. O reporte entrevistou-a
E ela se defendeu
Mas a acusação continuo
E ninguém repreendeu
O povo de braços cruzados
A ela não ajudou
Resolveu pedir ajuda
Ao seu superior

12. Saindo de classe em classe
Como quem diz é meu dia
Com um sorriso nos lábios
Que não era ironia
Dizia volto num instante
O que ia acontecer não sabia
Ria para Dona Francisquinha
Como quem se despedia

13. Lá chegando contou tudo
Ao Bispo Dom Matias
O que ela estava sofrendo
E o que dizia?
Daquele falso cruel
Que a todos comovia
Da adoção de crianças
A que ela não caberia

14. Não sabemos da resposta
Que o Senhor Bispo lhe deu
Só sabemos que Irmã
Naquele momento morreu
Nos braços do seu Pastor
Logo ali faleceu
Vôo para o Nosso Senhor
Foi uma festa no céu

15. Aqui terminou meus versos
Escritos com muito amor
Inspirados por Maria
A Mãe de Nosso Senhor
Sobre aquela Freira Santa
A minha amiga bacana
Eu jamais esquecerei
A querida Irmã Fernanda.

Como podemos ver nos versos do poema da professora Francisca Gonçalves, a história de Irmã Fernanda conta como foi seu trabalho social na cidade de Cajazeiras até sua morte. Também nos relatos dos moradores e na memória coletiva da comunidade religiosa e dos moradores do bairro de São José, sua história se faz presente.

Concluimos nesse capítulo que os movimentos sociais têm como objetivo lutar por melhorias para os menos favorecidos, e que a Igreja, a partir do Vaticano II, assumiu uma nova postura sobre as necessidades da sociedade, necessidades essas de mudanças, pois a Igreja era “do povo de Deus”. Portanto, as comunidades eclesiais de base passam a lutar por melhorias dos pobres, pela luta e pela fé. As pastorais desenvolvem um trabalho social importantíssimo para a sociedade, e como exemplo vimos o trabalho político-social que as Irmãs da Sagrada Face desenvolveram na comunidade São José Operário na cidade de Cajazeiras, e em especial o trabalho de Irmã Fernanda.

CAPÍTULO III

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA IRMÃ DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO

Problematizar a História Local partindo do conceito de sujeito histórico foi o caminho que nos conduziu ao encontro da temática e do objeto de estudo desse trabalho monográfico. A escolha da história da Irmã Fernanda, suas experiências e ações religiosas na comunidade da Igreja São José Operário no bairro Casas Populares de Cajazeiras, nos levou a entender as nuances e as narrativas que nomearam ou deram visibilidade aos sujeitos históricos.

Como vimos no capítulo anterior, os sujeitos se organizam devido às necessidades coletivas partindo da realidade em que estão inseridos, fazendo surgir uma conscientização coletiva sobre tais necessidades. Essas trazem consigo suas ideologias, suas práticas e suas experiências, dando novos significados na vida desses sujeitos que, agindo assim, promovem mudanças no seu cotidiano.

Vimos também como a Igreja desenvolveu um papel fundamental para que a sociedade criasse anseios de mudança. Foi no Vaticano II que a Igreja começou a pensar nos pobres, como o povo-de-Deus (BETO, 1985). Ou seja, a Igreja teve um papel importante. Esses movimentos sociais trazem consigo a necessidade de organização social. A Igreja renova sua relação com os fiéis, e com novos pensamentos sociais vai apresentar-se como uma igreja que pensa na necessidade do povo e, com isso, têm-se o surgimento das pastorais e das comunidades eclesiais de base. A comunidade tem que frequentar os mesmos lugares e profanar da mesma fé.

A cidade de Cajazeiras contou também com uma nova organização política do campo religioso e social. Esse momento se deu com o trabalho e atuação das Irmãs da Sagrada Face, quando chegaram à cidade no ano de 1977, vindas da Itália. Vendo a necessidade dos moradores dos bairros São José, Casas Populares, Pôr do Sol, Belo Horizonte e Ipep, organizaram seu trabalho social criando as pastorais. As religiosas da Sagrada Face, em especial a Irmã Maria Fernanda Marabello, juntamente com alguns moradores da comunidade desenvolveram diversas atividades de promoções sociais, como vimos acima.

Nesse sentido, a organização política e social no campo religioso, desenvolvida na cidade de Cajazeiras, nos foi importante para compreendermos os sujeitos históricos presente na história local assim como para a discussão sobre História Local e ensino desenvolvida na oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais* realizados na escola Estadual Professor Crispim Coelho na mesma cidade.

3.1 A HISTÓRIA POR TRÁS DAS CORTINAS: NOVOS ATORES SOCIAIS.

Foi este o título da oficina desenvolvida pelo subprojeto de História no PIBID da UFCG, campus de Cajazeiras, tendo como coordenadora de área a professora Doutora Rosemere Olímpio de Santana, e como supervisora da disciplina de História a professora Sefora Lira, da escola Estadual Professor Crispim Coelho.

A oficina intitulada *A história por trás das cortinas: novos atores sociais*, foi desenvolvida em turmas do Ensino Médio. Nos encontros semanais do PIBID, foi discutida a possibilidade de fazer uma oficina com os alunos tendo como tema o Patrimônio. Fomos à escola fazer um levantamento prévio do tema, mas os alunos escolheram que o tema “História Local”, pois começaram a fazer questionamentos sobre a história de Cajazeiras. Falamos sobre a história da cidade, sobre como eles conheciam essa história. Quem eram os sujeitos da história de Cajazeiras? Se seus pais contavam histórias de trancoso⁴? A história da associação das louceras da cidade? A história da feira? A história da menina-cobra do cemitério⁵? A história de Lília⁶? Entre outras.

⁴ Sobre “trancoso”, ver: SOUSA, Silvana Vieira de. *et al.* Cultura de falas e de gestos: histórias de memórias, 1997.

⁵ Diz uma lenda que na cidade de Cajazeiras houve uma menina que morreu ainda criança e, como era malcriada, mostrando a língua e o dedo para sua mãe, virou uma serpente. Se diz ainda que se ela chegar a fugir o mundo se acaba, e que seu tumulo é revestido todos os anos pela prefeitura da cidade.

⁶ Lília uma é uma senhora dona de um bordel na cidade de Cajazeiras e é conhecida como “a mulher que ensinou a Cajazeiras a amar”.

FIGURA 1



Fonte: Arquivo pessoal, 13/07/16.

Na figura acima, os bolsistas do PIBID ativando o conhecimento prévio dos alunos. Com o levantamento dessas questões, lembrei da história de Irmã Fernanda — pois faço parte da comunidade São José — e os indaguei sobre o que conheciam da história dela. Ninguém conhecia. Então, informei da existência de uma rotatória com uma foto da irmã em frente à Igreja São José Operário, nas Casas Populares. Diante dessa informação, alguns responderam que já haviam visto, mas não sabiam quem era. Com isso, os alunos escolheram trabalhar com os sujeitos históricos que ficam à margem da historiografia local. A historiografia da cidade de Cajazeiras é narrada tendo, geralmente, o foco voltado ao Padre Rolim, usando, inclusive, o *slogan* de que é “A cidade que ensinou a Paraíba a ler”.

FIGURAS 2 E 3

Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Na imagem acima, é possível ver na rotatória a foto de Irmã Fernanda, com a seguinte descrição: “Irmã Maria Fernanda Marabello, Religiosa da Sagrada Face”. Essa descrição informa de quem é a foto e a qual congregação ela pertence. Diante da escolha dos alunos, nós bolsistas fomos fazer uma pesquisa sobre sujeitos históricos, sobre a questão das mulheres na história, e então foi produzida a oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais*, pensada assim: o sujeito histórico identificado como agente da ação social. De igual modo, pretendia-se levar os alunos a compreender quais os papéis reservados aos sujeitos e que conceitos justificavam os modelos de organização social impostos. Nosso objetivo era levar os alunos a refletirem sobre o conceito de sujeito histórico, (re) significando seus saberes e incorporando-os aos discutidos em sala.

FIGURAS 4 E 5



Fonte: Arquivo pessoal, 15/07/16.

As figuras acima registram encontros dos bolsistas do PIBID para formação. Em estudo sobre a formação do professor, Helenice Aparecida Bastos Rocha (2015) aborda a importância da formação e do planejamento, fazendo uma reflexão sobre a importância de estudar didática, pois na formação o aluno deve aprender como planejar e como utilizar a metodologia.

De qualquer modo, com expectativas recíprocas atendidas ou não, o professor da disciplina de Didática ou Metodologia do Ensino de História precisa trabalhar com o planejamento de aulas como conteúdo específico de sua disciplina. Pensando nesta necessidade, este texto busca oferecer uma modesta contribuição para a formação do professor de História, no que se refere à aula – considerada como evento singular e rotineiro, habitada pelas ideias de quem a concebe e realiza e pela escrita de seu planejamento. Por conta disso, o planejamento de aulas de história é tratado aqui como uma primeira escrita da aula de história. Chamamos para a conversa algumas contribuições do campo da didática e do currículo, considerando especificidades tais como seus conteúdos e objetivos correlatos e a organização escolar e da cultura que lhe é própria, na escola brasileira de hoje (ROCHA, 2015, p. 84).

Nesse sentido, fizemos a formação voltada para a fundamentação teórica, e em seguida, planejamos uma estrutura para execução das propostas com base na fala dos alunos que indicavam o desejo de trabalhar “os desconhecidos”. Então, nós bolsistas percebemos a importância de compreendermos a historiografia sobre os “excluídos” da história.

Para o primeiro encontro foi pensado serem levadas imagens de sujeitos que não aparecem na historiografia da cidade, como a Irmã Fernanda, moradores de rua, dona Lília, Rosa Preta, e também imagens de diferentes profissões. Nosso papel, enquanto

bolsistas, foi o de articular com os alunos as imagens que foram levadas para a sala de aula bem como o poema “Perguntas de um trabalhador que lê” de Bertold Brecht (1990) para que os mesmos compreendessem o significado do termo “sujeito histórico” e como a sociedade o pensa.

Um segundo momento foi destinado para a abertura da oficina com a dinâmica das caixas. Esta dinâmica consiste em levar à sala de aula três caixas de sapato ornamentadas; as caixas foram nomeadas A, B e C; a sala foi dividida em três grupos, ficando cada um com uma das caixas; as imagens estavam todas embaralhadas; os membros dos grupos, um de cada vez, escolheriam uma imagem até que se esgotassem todas. Após essa fase iniciou-se a discussão com os alunos sobre as imagens que escolheram e justificassem o porquê da escolha.

FIGURAS 6 E 7



Fonte: Arquivo pessoal, 08/08/16

Na figura 6 temos o primeiro passo da dinâmica, onde os alunos estão escolhendo as imagens, já a figura 7 mostra o debate realizado a partir das imagens escolhidas.

Em seguida, abrimos uma discussão sobre os sujeitos históricos por meio do poema: “Perguntas de um trabalhador que lê” de Bertold Brecht (1990), cujo objetivo era instigar os alunos a perceberem a diversidade de sujeitos históricos e os lugares historicamente reservados a eles. Para nós, os agentes podem ser todos aqueles que, localizados em contextos históricos, exprimem suas especificidades e características como líderes de lutas para transformações (ou permanências) mais amplas ou de situações mais cotidianas, que atuam em grupo ou isoladamente, e que produzem sentidos para si ou para uma coletividade.

No segundo encontro fomos visitar a exposição sobre Irmã Fernanda, que estava acontecendo na Igreja de São José Operário. Os alunos saíram da escola no dia 02 de setembro, às 13 horas, para visitar a paróquia São José Operário, onde foi exibido um vídeo da Irmã Fernanda, assim como exposição de seus pertences, em memória dos 25 anos de sua morte. Também fomos visitar o trabalho das louceiras, uma associação no bairro São José. Essa visita foi pensada para que os alunos percebessem a importância da cultura material, presente nas peças fabricadas pelas artesãs.

FIGURA 8



Fonte: Arquivo pessoal, 16/08/16

FIGURA 9



Fonte: Arquivo pessoal, 16/08/16

FIGURA 10

Fonte: Arquivo pessoal, 16/08/16

A figura 8 é uma fotografia da Irmã Fernanda Marabello, vestida com seu hábito. Já a figura 9 são os alunos na exposição dos pertences da Irmã Fernanda. Na figura 10, a as peças feitas pela associação das louceiras.

No terceiro encontro foi exibido o filme “Narradores de Javé”. A experiência não agradou aos alunos, pois foram poucos os que ficaram ou que assistiram até o final, pois o filme não era divertido, conforme relataram durante o debate: “o filme é chato”; “o filme deu foi sono”.

Quando planejamos a proposta do filme, achávamos que os alunos iriam compreender o enredo em torno de uma cidade que não tem uma história oficial, mas precisava construí-la para que a cidade de Javé fosse tombada como patrimônio histórico e não fosse devastada pelas águas do rio São Francisco.

Portanto, nos primeiros encontros da oficina trabalhamos sobre o que seria uma história oficial e como ela é produzida, sempre valorizando os grandes feitos e os grandes heróis, assim como levantando inquietações sobre como seria uma história diferente daquela.

Para o quarto encontro, planejamos um debate relacionando o filme com a historiografia e a sua narrativa sobre o sujeito histórico. Infelizmente, o debate não aconteceu, mesmo com as nossas intervenções fazendo perguntas sobre alguns personagens, ou se alguns dos personagens haviam chamado a atenção e o porquê? Mas

como grande parte não assistiu ou não deu atenção ao filme, acabou não sendo um debate produtivo.

FIGURA 11



Fonte: Arquivo pessoal, 2016

Como podemos ver na figura 11, os alunos não participaram do debate, alguns dormem, enquanto nós bolsistas do PIBID tentávamos promover o mesmo.

No quinto encontro apresentamos para os alunos o que seria um fanzine — gênero textual — em que na sua produção é utilizado recortes de revistas. Nesses recortes podem conter imagens de pessoas, objetos, palavras e letras, fazendo colagens em folha branca ou colorida, produzindo, assim, uma história. Em seguida solicitamos dos alunos para que trouxessem imagens das mulheres marginalizadas de Cajazeiras para o próximo encontro, no qual realizaríamos uma mini oficina com fanzine.

No sexto e último encontro, realizamos a mini oficina com fanzine, nos quais imagens e textos dialogavam. Na oficina foram feitos debates e explanação sobre as mulheres da cidade que ficam à margem da historiografia local. O texto produzido pelos alunos nos fanzines tinham como intenção promover um olhar diferenciado sobre a história local. Dentro dessa história estavam os sujeitos/atores sociais do cotidiano cajazeirense, na percepção dos alunos. Foi realizada, também, pequena exposição na escola, de modo a trazer um olhar dos demais alunos para a temática da História Local, por meio de um estudo dos sujeitos que geralmente ficam às margens da historiografia

oficial da cidade. De igual modo, os alunos construíram percepções por meio de seus conhecimentos básicos como forma de produção cultural de narrativas, textos, imagens, que possibilitassem um olhar diferenciado sobre a cidade e suas histórias.

FIGURAS 12 E 13



Fonte: Arquivo pessoal, 25/09/16

Na figura 12, vemos os alunos produzindo os fanzines. Na figura 13, em uma cesta, os fanzines feitos. Para comemorar o término da oficina *A história por trás das cortinas: novos atores sociais*, realizamos na escola Professor Crispim Coelho uma festa com a presença dos alunos do Ensino Médio e com o corpo da direção. Na mesma tivemos músicas, dinâmicas, brincadeiras e comidas.

FIGURAS 14 E 15



Fonte: Arquivo pessoal, 2016

Foi gratificante realizarmos essa oficina, sobretudo pelo sentido que cada ação desenvolvida nos trouxe na forma de ensinamentos para futuros docentes.

3.1.1 A HISTORIOGRAFIA LOCAL.

A historiografia da cidade de Cajazeiras se confunde com a memória coletiva em torno da família Rolim e do trabalho realizado pelo Padre Inácio Rolim, principalmente sua atuação na educação. Muitos historiadores começam suas narrativas sempre falando dos pais do Padre, como nos diz Eunice Simões Lins Gomes e Leonildo Silveira Campos, em um artigo intitulado “*Padre Inácio de Sousa Rolim: sua influência na cultura sertaneja de 1800-1899*”:

Tudo começou em uma terra plana, localizada ao extremo oeste da capitania da Paraíba, região do polígono das secas, onde existia uma mistura de árvores frutíferas e frondosas que se espalhavam na imensidão do terreno, aquecido pelo sol ardente e irrigado pelo pequeno filete do rio que por ali passava.

De longe poderia enxergar uma grande mata cerrada que se estendia no sertão paraibano. Neste sítio ou mata, se encontrava, não só, uma grande variedade de cajazeiras, como também muitos cedros, aroeiras, angicos, paus de arcos e marmeleiros. Este sítio foi passado por Luís Gomes de Albuquerque para Vital Rolim, como dote do seu casamento com Ana de Albuquerque, pais de Padre Rolim, quando vieram se estabelecer na região do sertão nordestino, recém-casados. Esta terra foi cultivada, cuidada e desenvolvida pelos sertanejos com o trabalho da atividade agropastoril que os pais de padre Rolim proporcionaram aos sertanejos, que ali se estabeleceram.

Foi exatamente no alto sertão paraibano, na região do polígono das secas, na mata cerrada, que foi construída a casa da família de Padre Rolim. Aos poucos, aquele lugar foi sendo transformado em uma grande fazenda, e recebeu o nome de Cajazeiras, devido a grande quantidade dos pés de cajazeiras que a terra possuía; dali se originou uma povoação, que se transformou num pequeno aglomerado (GOMES & CAMPOS, 2012, p. 84-85).

Como vimos na citação acima, a história da cidade de Cajazeiras, para alguns estudiosos, começa no lugar onde o Padre Inácio Rolim nasceu e deu origem ao nome da cidade devido aos pés de cajazeiras ao seu redor. Em seguida, os historiadores geralmente se atêm à formação do Padre Rolim:

Provavelmente, no ano de 1822, Padre Rolim obteve a sua formação no seminário do Crato-CE onde estudou durante o período de quatro a cinco anos, prosseguindo seus estudos no Seminário de Olinda-PE, onde obteve sua formação para o sacerdócio (GOMES & CAMPOS, 2012, p. 85).

Só depois das informações de onde nasceu e onde formou-se é que se começa a falar da volta do Padre Rolim à fazenda e de seu trabalho social desenvolvido no então povoado, pois à época Cajazeiras era ainda um distrito da cidade de Sousa. Seria, pois, um grande alfabetizador no sertão paraibano:

No ano de 1829, ao retornar para fazenda de seus pais, encontrou uma capela construída por sua mãe, no entanto, Padre Rolim tomou a iniciativa pioneira na cronologia dos estabelecimentos de ensino no sertão nordestino, proporcionando a abertura de uma escola na fazenda dos seus pais.

Em torno da escola e da igreja, foi se formando o povoado, com grande crescimento. A Fazenda das Cajazeiras passou de simples povoado à condição de Vila, sede de comarca e depois cidade. Por isso Padre Rolim é considerado o fundador de Cajazeiras, pois a sua obra alavancou o surgimento da cidade. Tal fato levou a criação da frase por um famoso político paraibano: “Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler” (GOMES & CAMPOS, 2012, p. 85-86).

Portanto, como vimos, a história da cidade é praticamente uma à do Padre Inácio Rolim e sua família. Para Gomes e Campos (2012), “Padre Inácio de Sousa Rolim era um homem simples, no entanto, doutor no saber”. No seu trabalho de alfabetizador ia à procura de alunos, e com isso a cidade de Cajazeiras começou a se desenvolver, ficando conhecida em todo o estado como “Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler”.

Outros trabalhos publicados por Eunice Simões Lins Gomes falam da questão educacional/sacerdócio de Padre Inácio Rolim:

Padre Rolim foi “desconhecido na historiografia da educação brasileira por diversos historiadores, tais como Claudino Piletti, (1988, 2003), Moacir Gadotti (2011), Vanilda Paiva (1997), Demerval Saviani (2012), e Paulo Ghiraldelli Junior (2011)”, conforme ressalta Eunice Gomes (2012, p.152). Porém jamais da vida do povo cajazeirense, ou seja, do nordeste brasileiro, como também da época em que vivenciou sua práxis/educativa religiosa sendo reconhecido pelo Imperador, D. Pedro II como o “Anchieta do Nordeste”, conforme registra Heliodoro Pires (1991) (GOMES, 2015, p. 879).

A autora ressalta que a história é do Padre Rolim, ficando o povo cajazeirense à margem da história, apenas como figurantes. Em outro trabalho de Eunice Gomes, a autora afirma que ora o Padre é um herói ora é um líder religioso:

Entretanto a forma externa do herói surgir é muito diversificada, por vezes o herói pode aparecer adornado como um rei, que é adorado por toda uma nação, sua aparência é visível, suas vestes, sua fala imponente, sua postura em pé revela sua majestade, é a altura; por vezes pode ser um líder religioso, que se torna modelo para inúmeras gerações, alguns fiéis procuram seguir seu exemplo dentro dos princípios religiosos de cada povo ou nação, é o líder maior, o mestre, o sacerdote; ou então o herói pode aparecer como um ermitão que se encontra recolhido em uma gruta, caverna, separado das multidões, porém assume o lugar de modelo, de referência para um diminuto grupo de discípulos (GOMES, 2013, p. 115).

Portanto, a produção de Eunice Simões Lins Gomes é um exemplo de construção da história da cidade de Cajazeiras sob a sombra do personagem Padre Inácio Rolim enquanto herói, líder religioso e educador. Todavia, para nós, a história local deve ser uma construção coletiva, pois trata-se de conjuntos de memórias partilhadas.

Serioja Mariano (1999), em seu trabalho sobre Princesa Isabel, no item que discute a historiografia das cidades — “As cidades na historiografia paraibana” —, toma como exemplo a história da cidade de Cajazeiras para mostrar que a mesma é construída a partir de três personagens “Padre Rolim, Cristiano Cartaxo e Antônio de Souza”:

A cidade de Cajazeiras é vista por meio de personagens – Padre Rolim, Cristiano Cartaxo e Antônio de Souza – que, segundo o autor, foram de grande importância para o município. Fundada pelo Padre Rolim, a cidade teve seus alicerces em um estabelecimento de ensino, o que lhe deu o título de “a cidade que ensinou a Paraíba a ler” (MARIANO, 1999, p. 12).

No mesmo parágrafo, Serioja Mariano (1999) ainda cita que no livro *Cajazeiras: nas crônicas de um Mestre-Escola* (1981), ao longo das páginas, o que se observa é uma exaltação dos três personagens citados anteriormente, com mais ênfase no Padre Rolim. Sendo assim, a historiografia local exalta personagens que foram importantes para a fundação e desenvolvimento econômico na cidade de Cajazeiras, pois a memória de uma sociedade é construída, e quem lembra a constrói.

3.1.2 A OFICINA COMO REVELADORA DAS LACUNAS NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA DE CAJAZEIRAS-PB.

A partir da aplicação da oficina percebemos uma lacuna na história e na memória na cidade de Cajazeiras que nos possibilitou realizar a análise de nossa pesquisa, compreendendo a necessidade de uma construção da História Local, já presente na memória dos habitantes da comunidade da Igreja São José Operário no bairro de São José.

Sobre o papel da memória e da história na relação passado e presente, Jacques Le Goff (2003) faz a seguinte reflexão:

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira "objetividade", mas nenhuma outra história é possível. O historiador fará ainda progressos na compreensão da história, esforçando-se por pôr em causa, no seu processo de análise, tal como um observador científico tem em conta as modificações que eventualmente introduz no seu objeto de observação (LE GOFF, 2003, p. 51-52).

O autor nos faz compreendermos que passado e presente estão relacionados na história, nos guiando em nosso objetivo de pesquisa de alcançar respostas encontradas no cotidiano da sociedade presente. Passo que pode ser dado através da história oral, pela qual o historiador encontra suas respostas presentes na memória da sociedade. Todavia, Jacques Le Goff (2003, p. 52) diz que a história oral é importante para a escrita, mas, “não devemos, pois, opor uma história oral, que seria a da fidelidade e do imobilismo, a uma história escrita que seria a da maleabilidade e do perfectível”.

José D’Assunção Barros (2009) também faz uma reflexão sobre a relação entre memória e história pensada criticamente:

Desde já, será oportuno atentar para o fato de que, se Memória e História são coisas distintas e geram espaço de saber diferenciados, tal

como já propunham autores como Maurice Halbwachs, em meados do século XX (BARROS, 2009, p. 36).

Segundo Barros (2009), a memória, portanto, não está associada a um “espaço inerte”, ou seja, a memória está cheia de símbolos vivos, sejam eles políticos ou simbólicos. Essa indicação pode ser notada nesse trabalho monográfico, através do poema escrito pela professora Francisca Gonçalves, no qual se apropria do símbolo de representação “bondosa” com o intuito de construir uma memória acerca da Irmã Fernanda:

5. A bondosa Irmã Fernanda
Que não era brasileira
Veio do país da Itália
Residir em cajazeiras
Em companhia das irmãs
Augusta, Luiza e Emerênciana
Compartilhar com a pobreza
Que ali era um drama

Portanto, como vemos nas estrofes acima, a Irmã Fernanda está marcada na memória da comunidade da Igreja São José Operário como uma figura bondosa, pois deixou sua cidade natal para vir compartilhar com a comunidade pobre que aqui se encontrava. Sua história está presente na memória da Igreja, pois as Religiosas da Sagrada Face e membros da comunidade São José Operário fizeram uma amostra dos pertences de Irmã Fernanda. Abaixo, vemos os organizadores da exposição:

FIGURA 16



Fonte: Arquivo de José Egnaldo Almeida, retirado do site: <<http://irmaosface.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 02/04/2017.

Na foto estão alguns dos organizadores da exposição dos pertences de Irmã Fernanda, da esquerda para direita: Irmã Maria do Céu (Religiosa da Sagrada Face), Padre Gervasio Fernandes de Queiroga (que fez o convite às irmãs da Sagrada Face para virem ao Brasil), Padre Jackson Mendes (atual pároco da Igreja São José Operário), a professora Neuma Ferreira Lopes (professora de História na rede municipal), e o professor Damião Fernandes dos Santos (professor de Filosofia na rede estadual) — ambos os professores participaram das pastorais com a Irmã Fernanda quando crianças.

Essa fotografia foi registrada na missa e abertura da comemoração dos 25 anos de memória de Irmã Fernanda, em 02 de maio de 2015, onde o Padre Gervasio fez uma palestra de abertura. Durante todo ano de 2015 aconteceram eventos. Em setembro de 2015 aconteceu o Tríduo *in memoriam* à Irmã Fernanda; em abril de 2016 aconteceu o terço *in memoriam* à Irmã Fernanda; em maio de 2016 aconteceu, na Câmara Municipal de Cajazeiras, a “Comenda” *in memoriam* à Irmã Fernanda; e finalizou em setembro de 2016 com a exposição dos pertences de Irmã Fernanda e a celebração da missa pelo Bispo emérito Dom Matias. A equipe coordenadora era composta por Neuma Ferreira

Lopes, Irmã Maria do Céu, José Egnaldo Almeida Dias e Damião Fernandes dos Santos⁷.

Como vemos, a memória da comunidade está viva, cheia de símbolos e lugares, mas isso não significa que toda a sociedade cajazeirense vive esta mesma memória, pois como falamos anteriormente, os alunos da Escola Estadual Professor Crispim Coelho, situada em outro bairro da cidade, não conheciam a história de Irmã Fernanda nem seu trabalho desenvolvido nas pastorais e na sociedade cajazeirense. Sobre essa questão, podemos pensar a partir do que nos diz o autor Pierre Nora (1993, p. 9):

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica.

Portanto, o autor diz que a memória se opõe à história, pois, a memória se conforta nas lembranças, sejam elas simbólicas ou particulares. Como ele diz, a memória é um elo vivido no eterno presente. Já a história é uma intervenção intelectual. Diante dessa reflexão, podemos compreender que a história de Cajazeiras, na figura de Padre Inácio Rolim e de sua família, é uma memória fabricada por um grupo de defensores de um modelo de história oficial. Daí que todos conhecem e continua sendo reproduzida na memória coletiva da sociedade cajazeirense. Já a memória da comunidade da Igreja São José Operário sobre o trabalho social e pastoral de Irmã Fernanda está viva apenas na memória desse grupo e não da sociedade, pois que é *memória afetiva*.

⁷ Informação cedida em conversa com a Neuma Ferreira Lopes.

3.2 LEMBRANÇAS AFETIVAS: A MEMÓRIA DA IRMÃ FERNANDA SE FAZ PRESENTE NA COMUNIDADE DO BAIRRO ONDE ATUOU.

Assim, existe uma memória da Irmã Fernanda que está viva na comunidade São José Operário, e não na sociedade cajazeirense. Com isso, percebemos uma lacuna na historiografia local, pois como vimos anteriormente, todo o trabalho político-social desenvolvido pela Irmã se faz presente nos moradores do bairro São José.

Como vimos discutindo, a História Local constrói identidades que são reconhecidas pela sociedade a partir de interesses distintos. No caso da história oficial, passa a ser anunciada com a história verdadeira e única, servindo, quase sempre, aos interesses do poder político e econômico.

Como resultado de um trabalho historiográfico crítico, a história local torna-se democrática, voltada para o coletivo, com um olhar para os excluídos.

Esse foi o propósito da exposição dos pertences de Irmã Fernanda na comemoração dos 25 anos de sua morte. Aqui podemos perceber a tentativa de construção de uma memória para a sociedade cajazeirense. Abaixo estão fotos que tiramos da exposição:

FIGURAS 17 E 18



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

As figuras nos dão direcionamentos de uma memória construída pelos organizadores da comunidade. A figura 17 é um panfleto informando a programação do evento. Nos chama atenção o que está escrito abaixo da fotografia: “Irmã Fernanda Marabello: Uma Apóstola da Sagrada Face”, fazendo referência ao trabalho pastoral e social desenvolvido na comunidade, seu trabalho de evangelização e de reafirmação da fé em Deus.

A figura seguinte mostra o seu trabalho pastoral na educação. Na fotografia, material didático usado na aula de reforço na escola criada por ela na comunidade. Assim, educação e fé andaram de mãos dadas para que os menos favorecidos tivessem suas necessidades atendidas. Diante disso, lembramos o que diz Le Goff (1993, p. 25): “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”.

FIGURAS 19 A 22



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Essas figuras mostram a estrutura montada pela organização da exposição com os pertences de Irmã Fernanda. Entendemos como necessária para a memória da comunidade e que os visitantes passem a conhecer, sendo construída e conhecida na cidade.

O autor Michael Pollak nos diz que na memória construída tem que haver uma solidificação da memória:

É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças (POLLAK, 1992, p. 2).

Ou seja, Michael Pollak (1992) diz que a solidificação da memória está presente no elemento, e, no caso da exposição dos pertences da Irmã Fernanda, esse elemento está presente no seu trabalho social e em especial nos materiais didáticos usados na escola de reforço. Sendo assim, a memória social é necessária para a construção de

mediações educacionais como a compreensão do conhecimento histórico. Nesse sentido, a história-conhecimento se qualifica como transmissora (SILVEIRA, 2012). A memória construída pelo evento de homenagem à Irmã Fernanda responde justamente à necessidade de história-conhecimento.

“Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8). Nessa frase, Pierre Nora faz uma reflexão de que a história é transportada de uma memória. Então, compreendemos que na exposição dos pertences da Irmã Fernanda, como vimos acima, há uma intensão de que a memória que a comunidade tem viva passe a ser uma história conhecida, principalmente pelo seu trabalho educacional através das pastorais na comunidade.

Como diz Pierre Nora (1993, p. 9) sobre os lugares de memória:

Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob signo da história não conheceria, afinal, mais que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória.

Nesse sentido, a memória, para se manter viva na história, precisa de lugares que a revivam e a solidifiquem na sociedade, de modo que essa se aproprie dessa história enquanto memória coletiva. Como nos alerta Pollak (1992, p. 3): “Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração”.

Dessa forma, a comemoração dos 25 anos do falecimento da Irmã Fernanda traz consigo esse propósito de que os visitantes da exposição dos pertences da Irmã conhecessem sua história e se apropriassem da memória da comunidade São José Operário.

Abaixo, vemos que os organizadores selecionaram reportagens que falavam da Irmã Fernanda para serem expostas, carregando “símbolos” e “políticas”.

FIGURA 23



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Como a figura acima nos mostra, a Igreja tem um interesse de beatificação da Irmã Fernanda, e, portanto, a exposição conta sua história de vida social e pastoral. Deseja também que a sociedade cajazeirense conheça a irmã como “uma santa que fez milagres”, ou seja, uma construção consciente da memória e de uma história para a Irmã Fernanda.

Assim, Michael Pollak diz que quando uma organização constrói essa memória, relembra o que se deseja e esquece o que não querem que seja lembrado:

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 4-5).

Portanto, o autor reflete sobre a construção de uma memória. Diante disso, a exposição tinha uma consciência de construir uma identidade para a Irmã Fernanda, pois além dos pertences expostos, também vídeos feitos por pessoas que conviveram com a Irmã Fernanda — exibição de vídeos que tinha como intuito mostrar como Irmã Fernanda foi bondosa no seu trabalho político-social desenvolvido na comunidade de

São José Operário e como também influenciou nas futuras escolhas de cada um dos participantes dos vídeos.

Na exposição também estava sendo distribuído um folheto com a oração da Irmã Fernanda, intitulada “Pela canonização da Irmã Maria Fernanda Marabello” título no qual percebemos a criação da consciência que nos referimos acima, construindo uma “identidade” de pessoa santa para a religiosa. A oração foi feita pelas Irmãs da Sagrada Face, que residem na Avenida Airton Sena, s/n, Bairro São José, Cajazeiras-PB.

Pai do céu, nós vos louvamos e agradecemos porque nos revelastes vosso amor na Face sofrida e gloriosa de Jesus, e destes ao vosso povo a **Irmã Fernanda**, como generosa seguidora de Cristo e religiosa exemplar, ardente missionária e zelosa catequista, servidora dos mais pobres e promotora das vocações, perseverante na contemplação e na reparação da Face de Jesus, humilhado e exaltado.

Fazei, ó Pai, que nós sejamos sempre discípulos do Senhor e seus missionários para todas as nações, servidores dos excluídos e libertadores dos oprimidos, propagadores da vocação à Sagrada face. Glorificai, ó Pai, a vossa serva **Irmã Fernanda** e concedei-nos a graça que vos suplicamos por sua intercessão [Dizer o que deseja alcançar]. Nós vos pedimos por Jesus Nosso Senhor, na unidade do Espírito Santo. AMÉM (RELIGIOSAS DA SAGRADA FACE).

Na primeira estrofe percebemos que a oração faz um resumo da história de Irmã Fernanda em seu trabalho político, religioso, missionário, social ou pastoral, sempre fazendo uma relação com a Face de Jesus, pois as Religiosas da Sagrada Face seguem que a Face de Jesus está presente na face dos excluídos e humilhados. E ainda podemos perceber, ao analisarmos o folheto, o nome de Irmã Fernanda em negrito, destacado, para que todos compreendam a representação da Irmã.

Nesses casos, como nos mostra Michael Pollak (1992), a memória é importante para construir uma identidade:

Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

Portanto, Michael Pollak faz uma reflexão de que a memória, quando construída, também constrói uma identidade. Diante disso, percebemos que o sentimento que os

organizadores expuseram era voltado justamente para a construção de uma identidade e que o elemento principal dessa construção seria uma figura bondosa e santa.

Na segunda estrofe, as religiosas fazem um pedido ao Pai para que as mesmas continuem como discípulas do Senhor e libertadoras dos oprimidos. Como que num processo de negociação entre identidade e memória, como diz Michael Pollak (1992, p. 5):

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Portanto, a memória acerca da Irmã Fernanda, aqui apresentada na oração das Religiosas da Sagrada Face, pode ser entendida como uma construção da identidade. A terceira estrofe é destinada a uma suplica, ou seja, ao pedido de uma graça que o fiel deseja alcançar e pede a intercessão da Irmã Fernanda, que também tem seu nome em negrito, justamente para que os fiéis percebam ou entendam que o pedido deve ser direcionado a irmã.

Nesse sentido, a intenção de que a população faça promessas com a intercessão da Irmã Fernanda, a autora Julita Scarano (2004, p. 12), no seu livro “*Fé e milagre*”, diz que “A cura de doenças e o apelo a uma medicina mais moderna por parte da população não impede que se peça também o auxílio dos céus”.

Dessa forma, o pedido feito pela intercessão da Irmã Fernanda é um pedido de socorro representado em um pedido aos céus, aos santos, sem que tenha diferença entre classes sociais, seja rica, pobre ou miserável, todos são atendidos da mesma forma. A manifestação é feita através da santa, que faz a ligação entre o homem e o Divino. No catolicismo se crê que há “comunhão entre os fiéis” e “comunhão entre os santos”, não havendo, portanto, separação entre os homens (SCARANO, 2004).

Dessa forma, a comunidade de São José Operário precisa que a população faça pedidos com a intercessão da Irmã Fernanda. Como vimos anunciando no final do folheto:

Pede-se a quem alcançar graças por intercessão de Irmã Maria Fernanda Marabello, queira comunica-las às Religiosas da Sagrada Face (RELIGIOSAS DA SAGRADA FACE).

A intenção da canonização da Irmã Fernanda é uma espécie de comunicação ou reconhecimento do potencial de sua *santidade* por quem já que fez um pedido e foi atendido. É nessa perspectiva que vemos ser construída a imagem de milagrosa da Irmã Fernanda pela comunidade onde atuou. Portanto, através da repetição se constrói uma prática na sociedade que logo depois torna-se uma prática cultural, atribuindo o reconhecimento e o poder de cura à santa.

Quando em conversa com o bispo emérito Dom Matias⁸, o mesmo expressou uma opinião sobre a Irmã que seria repetida no seu sermão durante a missa do dia 02 de setembro de 2016, dizendo que “a sua pesquisa dever conter a seguinte expressão: Irmã Fernanda foi um mártir para a população pobre de Cajazeiras”. Essa sua fala é, pois, a expressão de uma necessidade consciente de que a Igreja precisa exaltar a figura de Irmã Fernanda e que a sociedade cajazeirense precisa conhecer sua história como um “mártir da pobreza”.

Portanto, na exposição dos pertences, na exibição dos vídeos e na distribuição do folheto percebemos uma organização consciente na construção da memória e identidade de Irmã Fernanda. Voltemos para a discussão com os alunos da Escola Professor Crispim Coelho, momento em que se apropriam da memória construída e passam a reproduzir a memória/história.

3.2.1 A APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DE IRMÃ FERNANDA PELOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR CRISPIM COELHO.

Como demosramos acima, a comunidade de São José Operário se organizou para uma construção de uma memória e de uma história acerca da figura de Irmã Fernanda. E essa construção pautou-se na elaboração de uma imagem e de uma identidade, para a Irmã Fernanda, de uma pessoa santa e bondosa para o bairro São José.

⁸ A entrevista feita com o bispo emérito Dom Matias foi feita na missa realizada em 02 de setembro em memória dos 25 anos da morte de Irmã Fernanda, a qual o mesmo presidiu a celebração. O objetivo da entrevista foi saber como se deu a morte de Irmã Fernanda.

Dessa forma, mostraremos como os alunos passaram a se apropriar da história de Irmã Fernanda, colocando-a em um lugar de figura importante para a história da cidade de Cajazeiras. Quando falamos em apropriação, é no sentido de que antes do início da oficina “A história por trás das cortinas: novos atores sociais”, os alunos da Escola Estadual Professor Crispim Coelho não conheciam a Irmã Fernanda e muito menos a sua história.

Nos relatos sobre a história da Irmã Fernanda durante a oficina, os alunos assim se expressaram:

Na fala o aluno aqui identificado com “Y”:

Fiquei surpreso com várias histórias de Cajazeiras uma eu tive a oportunidade de conhecer pessoalmente e outros não. Eu conheci a história de irmã Fernanda, história triste mas muito bonita. Conheci através dos professores do PIBID (ALUNO Y).

Nessa fala podemos entender que o estudante não conhecia a história de Irmã Fernanda, como nós já havíamos notado. Já o aluno “X” diz que a Irmã Fernanda é importante para a cidade de Cajazeiras:

E também visitamos a Capela São José, para conhecer melhor a história da irmã Fernanda, que foi muito importante para nossa cidade (ALUNO X).

A partir do momento que se conhece a memória e história de Irmã Fernanda, como diz o aluno X, ocorre um processo de apropriação e reconhecimento da importância da Irmã para a cidade. Ou seja, há uma valorização da sua imagem e do seu papel social.

Ana Lucia Silva Enne (2002), no seu estudo sobre “memória e identidade social” fala sobre esse processo de valorização da memória:

Muitos outros pensadores têm apontado para esta valorização da memória e da tentativa de pensar as diversas categorias temporais como uma via de extrema riqueza nas análises das ciências sociais e no mapeamento da construção das identidades sociais (ENNE, 2002, p. 8).

A autora continua dizendo que:

As reflexões de Arjun Appadurai em seu artigo "The past as a scarce resource" apontam algumas possibilidades de saída para as dúvidas indicadas acima. Segundo Appadurai, o passado deve ser pensado como a fonte para a construção, no presente, de uma memória que ancore identidades e, principalmente, um instrumento de poder. Mas o passado não pode ser visto como dotado de um estoque inesgotável, sujeito a qualquer apropriação (ENNE, 2002, p. 11).

Portanto, a memória como construção de uma identidade está sujeita a apropriação e (re) apropriação pelos demais. Essa situação pôde ser comprovada quando os alunos se apropriaram da memória de Irmã Fernanda que antes era desconhecida para eles. Como exemplo temos o aluno "K", que escreveu um poema se apropriando da memória sobre Irmã Fernanda, como se ele mesmo fizesse parte dessa memória:

Irmã Fernanda
Nascida em Pádua
Cidade italiana
Maravilhosa pessoa
Amiga muito bacana

Quando tinha 15 anos
Começou sua missão
Na vida religiosa
Na Santa Congregação

E foi se comprometendo
Cada dia, mais e mais
Fez os seus votos perpétuos
Procurou assim, a paz

A convite do então padre
A congregação decidiu
Abrir uma nova casa
No Nordeste do Brasil

Junto com outras irmãs
Veio pra terra brasileira
De um local muito distante
Chegaram à Cajazeiras

Pessoa maravilhosa
Prestava serviço ao povo
Ajudava os carentes
Sempre com o peito piedoso

Um dia, em mídia pública
Ela foi denunciada

Acusada de sequestro
De crianças para a Itália

Sem saber o que fazer
Com o Bispo foi falar
E quando estava em seu colo
Seus olhos veio a fechar

Seu corpo hoje repousa
Na Capela São José
Uma igreja onde viveu
E lembrada hoje é

O povo não esqueceu
de tudo de bom que fez
Obrigado, Irmã Fernanda
Que Deus sempre guie você.
(ALUNO K)

Como vimos no poema acima, o Aluno “K” se apropria e reconstrói uma memória sobre a história de Irmã Fernanda. Essa apropriação é, pois, significativa do momento de apresentação da memória/história.

Michael Pollak (1992) também fala desse processo de valorização da memória organizada por grupos:

Além do problema da valorização em relação à sociedade em geral, diversidade das lembranças e das memórias revelam-se também disputas e litígios entre os próprios subgrupos de deportados. A deportação foi vivenciada de modo diferente, conforme suas razões oficiais. Um motivo como a participação na Resistência era mais fácil de valorizar depois da guerra do que, por exemplo, ter sido preso numa *blitz* por ser judeu. Ou ainda, ter sido deportado por condenação de delito penal, por ter atuado no mercado negro. Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tomam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, *a priori*, por terem elementos constitutivos comuns em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória (POLLAK, 1992, p. 6).

Portanto, através da apropriação da memória da Irmã Fernanda pelo aluno “K” no seu poema, podemos perceber a “deportação” da memória pela valorização da organização da exposição, bem perceptível nesses versos. Acontece, pois, o que o autor chama a atenção:

A elaboração desse tipo de memória implica um trabalho muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos (POLLAK, 1992, p. 6).

Quando Michael Pollak chama a atenção para o trabalho árduo feito pela organização de uma construção da memória é no sentido da deportação da memória, como o aluno “K” reforça no verso do seu poema:

Pessoa maravilhosa
Prestava serviço ao povo
Ajudava os carentes
Sempre com o peito piedoso (ALUNO K).

Como vemos, o aluno “K” expressa um sentimento de reconhecimento e até conhecimento pessoal à Irmã Fernanda como “pessoa maravilhosa”. Essa afirmação entendemos que só se dá a partir do momento que se tem uma relação ou vínculo durante sua vivência.

Portanto, a construção da memória está atrelada à identidade, pois o aluno constrói uma memória sobre Irmã Fernanda e ao mesmo tempo constrói uma identidade atrelada a uma pessoa bondosa. Foi com esse objetivo que a igreja e a comunidade de São José Operário conscientemente organizaram e construíram essa identidade.

Através das falas dos alunos da Escola Professor Crispim Coelho pudemos perceber que alargaram seu conhecimento da história local, informados que foram sobre as memórias e histórias construídas pela comunidade e pela Igreja de São José sobre a Irmã Fernanda. Diante disso, percebemos que mesmo com todos os problemas apresentados aqui durante a oficina, os alunos se apropriaram desse conhecimento, reconstruindo memórias.

Portanto, se na historiografia local prevalece as referências à figura de Padre Inácio Rolim, seus feitos, e suas ações, ou, quando muito, as ações de sua família na história da cidade de Cajazeiras, compreendemos tratar-se de uma lacuna que deve ser preenchida através de estudos e novas escritas da história da cidade sob outras perspectivas cujo foco seja não os denominados “heróis”, mas uma história do social e do cultural em que os sujeitos históricos, seus construtores, tenham vez e voz a partir de outras memórias que estão presentes no contexto social local. Nesse sentido, as

memórias de alguns grupos organizados são importantes para que haja um conhecimento histórico no contexto social.

O trabalho de construção da memória que se mantém viva na comunidade da Igreja São José Operário acerca do trabalho político-social desenvolvido pela Irmã Fernanda, tem esse papel de contribuir para construção de uma nova história da cidade de Cajazeiras, uma história local que possa informar as lutas e conquistas sociais, assim como informar sobre a construção de identidades plurais.

Esse foi também nosso objetivo nesse trabalho monográfico em que memória e história se beneficiaram na construção de um novo saber para a cidade. Essa monografia tem, portanto, a intenção de contribuir para a construção de novas histórias e de novas historiografias sobre a cidade de Cajazeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da nossa pesquisa, tentamos problematizar como o ensino de História Local é importante para o ensino/aprendizagem, sendo assim, a memória presente na História Local se torna perceptível como uma construção de uma identidade como foram elencadas no decorrer desse trabalho. Memórias essas com uma carga de sentimentos, emoções e interesses que exalte uma memória antes pertencente ao pequeno grupo ou individual.

Tendo como possibilidade de trabalhar o ensino de História Local no sentido de que o aluno se aproxima do conhecimento a partir do seu cotidiano e com isso a compreensão do conteúdo torna mais fácil opinar e criticar na construção de uma memória. Percebendo também que a História Local na organização de uma construção da memória traz consigo a “supervalorização” do sujeito.

Nesse sentido, a LDB diz que o ensino de História Local na disciplina de História assume um papel importante na ressignificação sobre a história da cidade em que os alunos estão inseridos, pois a história da mesma é contada pelo viés da religião e da educação, porém a cidade tem outras histórias importantes.

Os alunos percebem assim vários conceitos e ao mesmo tempo entendem como é construída uma identidade, pois na visita dos alunos a exposição da comemoração in memória da morte de Irmã Fernanda foi exposto os pertences da irmã direcionado a educação e a seu trabalho social enquanto religiosa. Que a forma de organização da exposição havia uma conscientização e um interesse na construção de uma identidade.

O trabalho político social desenvolvido na comunidade São José Operário pelas Religiosas da Sagrada Face, e em especial o trabalho de Irmã Fernanda se enquadra nas lutas por melhorias aos menos favorecidos, que a igreja católica adotou a partir do vaticano II dando início a uma nova postura frente as necessidades da sociedade, necessidades essas de mudanças, colocando se como igreja do povo de Deus. Portanto, com as comunidades eclesiais de base passam a lutar por melhorias desse menos favorecidos e consistem em luta e fé. As pastorais desenvolvem um trabalho social importantíssimo para a sociedade.

Durante o trabalho na escola Estadual Professor Crispim Coelho buscamos alcançar como objetivo que os alunos conhecessem as histórias e memórias existente na

cidade. Assim a história de Irmã Fernanda vive na memória da comunidade São José Operário na zona norte da cidade de Cajazeiras – PB foi apresentada como possibilidade para o conhecimento da história local na escola Estadual Professor Crispim Coelho que fica na região do centro da cidade.

Com a aplicação da oficina *A história por traz das cortinas: novos atores sociais* os alunos passaram a conhecer e ao mesmo tempo alguns se apropriaram da memória acerca da Irmã Fernanda que lhes foi oferecida. Dessa forma, a oficina proporcionou aos alunos um conhecimento múltiplo sobre a História Local, sobre outros sujeitos históricos da cidade de Cajazeiras manifestado nas produções textuais. Essa experiência de trabalho com a oficina realizada na escola Estadual Professor Crispim Coelho nos conduziu a realização desse estudo monográfico sobre o trabalho social e político da Irmã Maria Fernanda Marabello na comunidade de São José Operário, como oportunidade de contribuir para o alargamento da história e historiografia local da cidade de Cajazeiras-PB. O trabalho entre memória e história se entrecruzou no processo de construção dessa monografia, numa operação tal qual nos orienta Michael Pollak:

“É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (POLLAK, 1992, p- 2).

O autor destaca a memória social como necessária para construção de mediações educacionais como a compreensão do conhecimento histórico, nesse sentido a história conhecimento se qualifica como transmissora (SILVEIRA, 2012, p- 35). A memória social e coletiva construída pela exposição do evento em homenagem a Irmã Maria Fernanda Marabello e as reflexões que fizemos a partir dela, nos possibilitou a construção desse trabalho com contribuição à historiografia da história local.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de; ANTUNES, Mitsuko Makino. A teoria vigotskiana sobre memória: possíveis implicações para a educação. **Reunião anual da ANPED**, v. 29, p. 18, 2005.

ALONSO, Angela. *et al.* As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, v. 76, n. 49, 2009.

ANDRADE, Cícera Gomes de. **Memória e ordenamento territorial do espaço agrário**: estudo da presença da Comissão Pastoral da Terra na organização das lutas camponesas no município de Cajazeiras-PB. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) — Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2, n. 3, p. 75-80, 2003.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: redescobrimos sentidos. **SAECULUM – Revista de História**, João Pessoa, v. 15, p. 57-85, 2006.

BARREIRO, Álvaro. Comunidades eclesiais de base e evangelização dos pobres. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 9, 2013.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. São Paulo: Record, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. 3. ed. Brasília, 2001.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: Ensino Médio. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

BRECHT, Bertold. **Perguntas de um trabalhador que lê**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CASTRO, Hebe. O surgimento da história social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Campus, 1997, p. 42-52.

CIAMPI, Helenice. Os desafios da história local. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CNBB, CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Natureza e fins**. 14 de maio de 2015. Disponível em: <<http://diocajazeiras.com.br/cnbb/>>. Acessado em: 18 de março de 2017.

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações**, v. 9, n. 15, p. 109-143, 2014.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. **Anos**, v. 90, p. 103-115, 1994.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. In: XI Encontro Estadual de História: História, Memória e Patrimônio. Rio Grande, 2012. **Anais... FURG**, Rio Grande-RS. 2012, p. 223-235.

ENNE, Ana. Memória e identidade social. **Revista Contracampo**, n. 06, 2002.

FALCI, Miridian Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 241-275.

FOUCAULT, Michel. Stultifera navis. In: **História da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 07-51.

GERMINARI, Geyso; BUCZENKO, Gerson. História Local e Identidade: um estudo de caso na perspectiva da educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 125-142, jul./dez. 2012.

GINZBURG, Carlo. Além do exotismo: Picasso e Warburg. In: **Relações de Força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia de Letras, 2002, p. 118-136.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 1997.

_____. **Movimentos sociais**. ONGs e Terceiro Setor: perspectivas para a solução. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOMES, Eunice Simões Lins. **Educação e Religião: A práxis de Padre Rolim no nordeste brasileiro**. In: Congresso Internacional das Faculdades EST. 2015. **Anais...**

2015, p. 878-890.

_____. Padre Inácio de Sousa Rolim: O educador/sacerdote e as estruturas de sensibilidade. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, v. 10, n. 2, p. 109-120, 2013.

_____. Padre Rolim: O “Anchieta” do Nordeste. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42, p. 151-168, 2012.

_____; CAMPOS, Leonildo Silveira. Padre Inácio de Sousa Rolim: sua influência na cultura sertaneja de 1800-1899. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, 2012.

GONÇALVES, Francisca de S. **A morte da Irmã Fernanda**. Cajazeiras: [s.e.], 19 de junho de 1995.

HOUTART, François. Os movimentos sócios e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela Luz; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 37-55, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

NASCIMENTO, Padre Luiz do. **Centenário da diocese de Cajazeiras (1914/15 – 2014/15)**. 17 de junho de 2014. Disponível em: <<http://diocajazeiras.com.br/historia/>>. Acessado em: 18 de março de 2017.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local**. Feira de Santana/Salvador: Arcádia, 2002.

NORA, Pierre. *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, v. 10, n. 1, p. 7-28, 1993.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. Quando novos personagens entraram em cena. **Revista Labirinto**, Ano XIII, n. 18, p. 1-8, 2013.

PERANI, Cláudio. Comunidades eclesiais de base e movimento popular. **Revista crítica de humanidades**, n. 233, p. 35-42, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRATES, Cruz Jane; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, Ano 1, n. 22, p. 191-215, 2011.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **Movimentos sociais**: breve definição. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>>. Acesso em: 14 de março de 2017.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de História: Evento, Ideia e Escrita. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, 2015.

ROLIM, Eliana de Souza. *et al.* **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras-PB**: memória, políticas públicas e educação patrimonial. Cajazeiras, 2010.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). In: **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-242, 1990.

SANTOS, José Roberto Oliveira dos. **A igreja católica e as novas comunidades**: do cosmos ao caos moderno. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

SCARANO, Julita. **Fé e milagre**: Ex-votos Pintados em madeira: Séculos XVIII e XIX. São Paulo. Editora da USP, 2004.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria. *et al* (Org.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 187-198.

SILVA, Francisco Ribeiro da. História local: objetivos, métodos e fontes. In: **História Local**: Justificação da História, 1999, p. 383-395.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A importância do estudo da história regional e local no ensino fundamental. In: III Encontro Estadual de História: poder, cultura e diversidade, Cruz das Almas, 2004. **Anais...** Cruz das Almas: FAMAM, 2004.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Memória e ensino de História. In: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.). **História, Memória e Comemorações**. Campina Grande: EDUFPG, 2012, p. 27-64.

SOUZA, Celina. *et al.* Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Revista Lutas & Resistências**, [s.v.], [s.n.], 2006.